



Principais rios e cidades portuguesas: tipo territorial formado na região baixa de rios, do bronze final ao período romano, no I milénio AEC ao séc. V

Vitor Durão 

Investigador independente - cidade e território, Portugal.

E-mail: vmdurao@gmail.com

Submetido em 05 de fevereiro de 2024. Aceito em 23 de dezembro de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i2.345>

Resumo. Na região baixa dos rios Minho, Lima, Mondego, Tejo, Sado, Mira, Arade e Guadiana, que abrange todo litoral português, com génese na proto-história e continuado no período romano, floriu um tipo territorial estruturado pelo rio, onde estabeleceu-se um povoamento ribeirinho tendencialmente polinucleado, que contribuiu a gradualmente gerarem-se algumas das principais cidades portuguesas. Tal representou, na época, uma profunda transformação no modo de realizar o ambiente construído pelos seres humanos, como foi o primeiro momento conhecido de aproximação e de consolidação de modo estruturado e significativo de populações ao litoral. Estas transformações abrangeram as diferentes escalas do ambiente antrópico, o território, os tecidos proto-urbanos e urbanos, como os tipos edificados. Nesta investigação analisaram-se, caracterizaram-se e classificaram-se esses territórios regionais, como interpretaram-se fenómenos relacionados, de modo a dar a esta leitura, uma perspetiva holística sobre o tema tratado.

Palavras-chave. análise territorial e urbana, tipo territorial, trajetos, cidades, rios

Introdução

A análise territorial e urbana aqui apresentada remete para um tempo longínquo e largo, dos finais da Idade do Bronze à consolidação da romanização, I milénio¹ AEC aos primeiros séculos da EC. Período de profundas transformações nas estruturas territoriais, nomeadamente na estrutura de trajetos, que geraram novos modos de criar o ambiente antrópico. Foi neste quadro transformador que foi gerado e sedimentou-se o tipo territorial formado na região baixa de rios, que é o objeto desta análise.

Por isso, vai-se definir, analisar e classificar este tipo territorial regional como fenómenos associados que se justifiquem, sendo necessário para tal: reconhecer as características fundamentais da construção do ambiente humano na época e nos locais em que decorre esta investigação; a compreensão

e delimitação dos territórios correspondentes a cada tipo; o reconhecimento do rio como elemento estruturante principal do território e do sistema de comunicações; definir o povoamento nas regiões delimitadas, quer na formação de núcleos, quer de consolidação ao longo do rio e estuário; compreender influências dos povos e culturas que estiveram na génese deste tipo territorial e na respetiva consolidação, como perceber as principais características deixadas na estruturação e organização dos povoados, como nos respetivos tipos arquitetónicos.

Constata-se que num território que engloba o estuário de rios e o primeiro troço navegável destes a partir da foz, formou-se um tipo territorial que engloba algumas das principais cidades portuguesas, com pelo menos uma povoação próxima da foz e outra próxima do final do troço navegável, a estabelecer a ligação ao *hinterland*. Identificou-se este tipo

territorial nos seguintes rios, de norte para sul: Minho, Lima, Mondego, Tejo, Sado, Mira, Arade e Guadiana. Tal formação sucedeu por um processo global transformador do ambiente antrópico, com particular relevância na estrutura de trajetos, no povoamento, nos povoados como nos tipos edificados.

Esta investigação de características multidisciplinares (Durão, 2019) tem por charneira o método histórico-tipológico ambiental desenvolvido pelos arquitetos Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei (Caniggia e Maffei, 1995[1979]), que Gianfranco Cataldi desenvolveu quanto ao território (Cataldi, 1977), para além de outros contributos. E só foi possível realizar devido aos dados e interpretações da arqueologia, que de modo persistente vem revelando consistentes elementos do passado, que reescrevem a história mais distante, permitindo observar-se contributos dos povos indígenas, os mais esquecidos por desconhecimento, na formação do ambiente construído, como de outros povos antigos que também vão ganhando preponderância (Alarcão, 2018) (Arruda, 2005).

O ambiente construído pelos seres humanos

Ao recuarmos para um tempo tão distante, como o do período sobre o qual incide esta investigação, convém procurar perceber-se as características mais determinantes da construção do ambiente construído pelos seres humanos, com particular interesse pelas condicionantes naturais, como também os modos que esses povos criavam para as ultrapassar.

O território natural, como suporte do ambiente antrópico, condicionou este por estar estruturado *a priori* (Cataldi, 1977) (Guerreiro, 2001), como condicionou decisões humanas, apesar destas muitas das vezes sobreporem-se a uma construção mais próxima dos aspetos naturais devido, nomeadamente, a aspetos de política territorial, até certos limites, pois há situações de relevo ou climatológicas, entre outras, que foram e continuam a ser determinantes na ocupação humana. Das condicionantes naturais têm particular importância na estruturação do ambiente antrópico, as redes orográfica e hidrográfica, por serem redes

complementares e indissociáveis, cujas estruturas caracterizam-se por ser em árvore (Figura 1-A). Ambas definiam e condicionavam em muito as deslocações pelo território, pois até rios de pouca largura e caudal como ribeiras, dificultavam as deslocações, o que não sucedia quando percorriam as cumeadas dos montes, que para além disso permitia um reconhecimento do território a partir de pontos de vistas altos que proporcionavam uma imagem cartográfica deste. Esta compreensão do território, a partir de cima, permitia fundamentar pensamentos estratégicos quanto às melhores opções de sobrevivência e territoriais a tomar, mas era uma vivência limitada e que desperdiçava potencialidades naturais.

Os povos portadores de saberes e de culturas: indígenas, fenícios e romanos

No início do I milénio AEC, seriam diversos os povos indígenas que viviam na região onde mais tarde constituiu-se Portugal (Alarcão, 2018, pp. 15-48). A Idade do Bronze chegou a esta região pelo norte, onde primeiro ter-se-á consolidado cerca de 1750-1500 AEC, e percorrendo trajetos paralelos à costa, um litoral e outro interior, afirmou-se no centro pelos meados desse milénio e, no sul, cerca de 1300-1100 AEC (Senna-Martinez, 2013). Foi neste período que a sedentarização das populações tornou-se irreversível, com povoados de dimensão significativa a surgirem e a manterem-se em áreas territoriais de domínio próprio, possível por quem já conseguia sobreviver num ambiente em parte criado e cuidado por si, ainda que precário e frágil, como são os povoados realizados ao longo deste extenso período reformador, em que a metalurgia do bronze destacou-se como atividade essencial à sociedade e à interação entre diferentes povos e regiões. A extração, a transformação e o comércio dos objetos metálicos terá possibilitado a constituição de elites políticas e religiosas, pois destas atividades obtinham excedentes de capital e a respetiva acumulação de riqueza (Cardoso, 2002, pp. 349-400).

Este território, em grande parte de clima ameno, possuía metais como estanho, cobre, ferro, ouro e prata, e outros minérios que eram muito procurados na época, e esses aspetos terão sido tentadores para povos de outras regiões e com conhecimentos mais avançados

a deslocarem-se para esta região afastada dos centros da época, para colonização e como modo de expansão das suas atividades metalíferas e comerciais, como terá sucedido com povos fenícios e gregos que conheceriam a região por mercadores e através de possíveis viagens exploratórias, como povos celtas que habitavam a Ibéria e que empreenderam deslocamentos para esta região.

A chegada de povos fenícios, com gregos e outros, cerca do século IX-VIII AEC, com influências do mediterrâneo oriental até meados do I M, e de colónias fenícias do mediterrâneo e da área do estreito de Gibraltar, e atlânticas como de Gadir, atual Cádiz, a partir desse tempo, gerou profundas transformações nas sociedades indígenas, pois estes povos possuíam conhecimentos mais avançados e saberes acumulados da rica história do médio-orient, onde a civilização tinha há muito florescido. Trouxeram a escrita, uma nova economia e comércio assente numa rede marítima global, novas técnicas de exploração e transformação de minérios, a navegação marítima e novos modos de construir embarcações, melhores armas, como a realização de peças de cerâmica usando o torno, entre outros aspetos de cultura e técnica, como a domesticação da vinha e da oliveira. Novas políticas territoriais que implicaram em novos modos de percorrer e estruturar o território, de gerar novas áreas de povoamento, de criar novos povoados e desenvolver anteriores, com novos tipos arquitetónicos.

O período romano, século II AEC ao século V, foi profundamente transformador de todas as esferas da vida social, política, económica, religiosa ou cultural. E não terá sido sentida maior diferença entre as práticas indígenas e as romanas, devido a ter existido o período fenício, que foi como um período de mediação, pois já tinham trazido do médio-orient, do local civilizacional mais avançado da época, novos conhecimentos e inovações, como já foi referido. Na política territorial, deram particular importância à formação e administração de regiões, estabeleceram uma hierarquia de povoados, como transformaram antigas estruturas, o que ficou bem expresso na estrutura de trajetos, no povoamento, nas povoações e nos edifícios. Agiram de modo a aplicar de diferentes modos o seu modelo

urbano em matriz e ortogonal e fizeram-no nas diferentes escalas do ambiente antrópico.

Os trajetos como elementos essenciais na estruturação do ambiente humano

Os seres humanos para chegarem a qualquer lugar têm de percorrer trajetos, ontem como hoje (Durão, 2018) (Caniggia e Maffei, 1995, pp. 84-90 e pp. 144-168). Nas suas deslocamentos pelo território foram gradualmente sedimentando trajetos e, assim, criando uma estrutura de trajetos junto aos quais criaram assentamentos e povoados, e que foi sendo transformada conforme o seu ambiente desenvolvia-se. Podem-se considerar dois grandes ciclos do povoamento humano até ao fim da romanização, que se relacionam com o modo de percorrer o território, com a estrutura de trajetos e com os locais de realização dos povoados. Um primeiro ciclo², abrangeu os períodos pré-histórico e proto-histórico, em que as populações percorriam preferencialmente trajetos de cumeada junto dos quais implantaram inicialmente assentamentos e, posteriormente, povoados de promontório alto (Figura 1-B), locais normalmente parcos de recursos, pelo que naturalmente tiveram a tendência de, pelas cumeadas, instalarem-se em colinas e outeiros, mais próximos das linhas de água e dos vales. Ao percorreres as encostas por trajetos de meia-encosta, estabeleciam ligações entre trajetos que ganhavam localmente características de matriz (Figura 1-C), junto aos quais realizavam povoados. Descendo para os vales, realizaram trajetos de sopé de encosta acima dos níveis de alagamento e também trajetos de vale, ainda que condicionados pela hidrografia. Estes povoados implantados em locais baixos mantinham-se relacionados com os povoados de altura, que seriam os de maior importância e dimensão, onde estariam instaladas as elites políticas e religiosas, porque já haviam excedentes económicos que o permitiam, como já se verificaria na Idade do Bronze e no seu período final, como durante a Idade do Ferro. Daí dominariam o território e os povoados de hierarquia inferior, dedicados a atividades produtivas, como a agricultura, a pesca, a exploração de minérios, entre outras. A profunda transformação no povoamento do território surgiu na sequência da transformação conceptual da estrutura de

trajetos, já num segundo ciclo, no período proto-histórico, mas sobretudo em período romano, com a formação de novos trajetos de vale e de planície que abriram a possibilidade

de ampliar a rede de trajetos e o respetivo povoamento a essas áreas, como as frentes ribeirinhas.

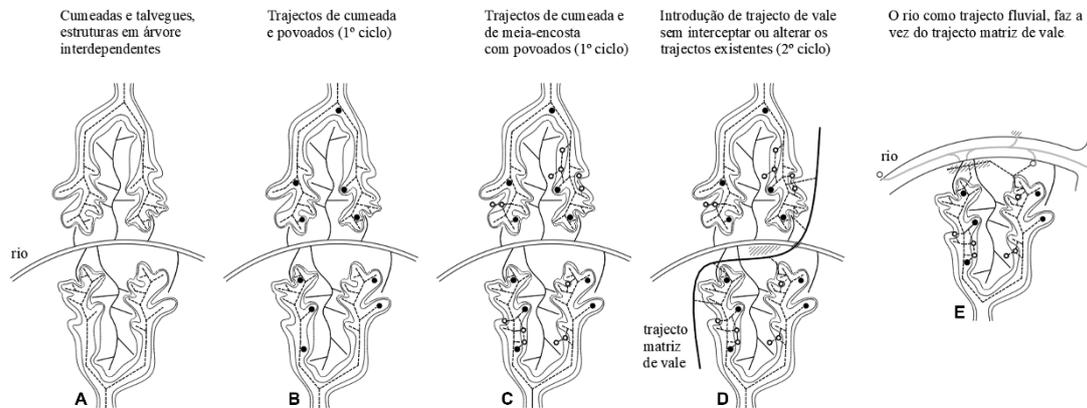


Figura 1. Estruturas de trajetos em árvore transformam-se em estruturas em matriz/árvore. Fonte: adaptado (Durão, 2024, p. 145)

A rede hidrográfica era um meio natural disponível para ser usado como trajeto em troços navegáveis. Quando os povos indígenas começaram a usar canoas, puderam deslocar-se mais rapidamente e até em distâncias consideráveis, apesar das limitações no transporte de carga e de pessoas, até porque eram realizadas num único tronco escavado de que se conhecem vários exemplares, e outras que seriam forradas a couro fixo em estruturas de vime, de que há descrições (Estrabão, 2016, pp. 44 e pp. 65). A entrada de barcos de costado alto a velas e remos pelos rios, vindo do mar, pelos fenícios e outros povos mediterrânicos, transformou as deslocamentos, pois estes barcos permitiam uma navegação mais rápida e segura, como transportar maior quantidade de pessoas e de mercadorias, que seria muito interessante para o transporte de minério, de produtos agrícolas e outros. Ao usarem o rio e os estuários como se fosse um trajeto de vale (Figura 1-E) passaram a olhar, a pensar e a construir o seu ambiente a partir de baixo, ligando estes troços fluviais aos trajetos de meia-encosta e de cumeadas, conectavam agora partes do território que estavam distantes, o que facilitou e incrementou contactos entre povoados e regiões.

No período romano, consolidou-se a principal transformação da estrutura de trajetos que passou neste tempo a ser em matriz em todo o território, por ter cozido as vias do itinerário Antonino e outras novas com a rede preexistente, o que gerou uma significativa

liberdade nos contactos pela flexibilidade que a própria estrutura incorporou (Figura 1-D). Simultaneamente sedimentaram-se e consolidaram-se os trajetos pela realização de estradas, em partes empedradas, e pontes em pedra. Estas davam continuidade aos trajetos terrestres, mas simultaneamente interrompiam o tráfego fluvial para os barcos à vela e para os de maior dimensão, pelo que nos rios principais, as pontes foram realizadas em locais onde o rio deixava de ser navegável para esses barcos, e onde não o faziam, o atravessamento far-se-ia por barcas ou a vau. Realizaram áreas portuárias em estuários onde conectavam-se trajetos terrestres, tráfego fluvial e rotas marítimas, o que já representava um sistema de comunicações territorial, aspecto determinante ao êxito romano na região e para além desta.

Características gerais do povoamento e dos povoados

O território era o elemento natural e o suporte físico, onde o trajeto surgia como o meio de o percorrer, considerando-se este como o elemento primigénio do ambiente construído pelos seres humanos. Contudo, para o ser humano viver no território, necessitava criar assentamentos e realizar atividades produtivas que permitissem instalar-se nesses locais. Gradualmente, os assentamentos que singraram, consolidaram-se como povoados proto-urbanos ou urbanos. O povoamento de uma região estava intimamente relacionado com o meio natural, com a estrutura de

trajetos, com estratégias de sobrevivência adotadas pelas populações, nomeadamente no plano da alimentação, nas necessidades de segurança e de defesa, como com influências exógenas, não controláveis, que terão sido muitas vezes decisivas sobre a sorte de um grupo humano, como sucedia em períodos de chegada de outros povos mais poderosos, de invasões e de guerras. Tal é nítido no tipo de povoamento, pois nos períodos de paz, o povoamento descia as encostas e dispersava-se, e os novos povoados faziam-se sem muralhas.

No final da Idade do Bronze, as populações, organizadas em tribos, e, ou, grupos familiares viviam em povoados com muralhas, os principais, em locais mais elevados e em pequenos povoados abertos em áreas de vales, próximo de ribeiras, mas também de rios. As habitações eram realizadas em materiais perecíveis, tendo algumas cabanas fundação em pedra. Eram maioritariamente de planta circular ou elíptica. Onde havia maior concentração de populações também existiam mais assentamentos dedicados a atividades agrícolas e a outras necessárias à comunidade, como dedicados à exploração de minério e pesca. Os povoados com muralhas deste período, denominavam-se de castros ou citânias, os de maior dimensão, localizavam-se no topo, e, ou em encostas de outeiros, colinas e montes. Existiam em todo o território português, com expressão significativa a norte do rio Douro, que proliferaram durante a Idade do Ferro, com incremento na fase final desta, e prolongaram-se nos primeiros séculos do domínio romano (Silva, 1995).

Os fenícios, nos povoados realizados ou por estes influenciados, estruturavam os tecidos proto-urbanos segundo eixos orientadores e com edifícios ortogonais de fundação em pedra e pavimentados, com alvenarias em adobe ou taipa que representavam consideráveis avanços no saber fazer dos povoados e das casas (Arruda, 2005). Contudo mantinham os característicos interstícios dos espaços entre as casas e os muros, mas em diversas situações realizavam bandas de edifícios, particularmente quando as áreas do povoado exigiam maior concentração de edifícios.

No período romano, o povoamento transformou-se significativamente, pois

concentrou-se mais em algumas urbes que ganharam maior relevância, poder e capacidade de administração de territórios, mas simultaneamente dispersou-se aproveitando as novas estradas que permitiam o uso dos vales em pleno³ e de frentes ribeirinhas, como surgiram novas tipologias de povoados e novos tipos arquitetónicos urbanos e rurais.

Os romanos aproveitaram as estruturas territoriais existentes que se coadunavam com as suas políticas territoriais e criaram novas estruturas quando tal era necessário para impor o seu modelo societário, como sucedeu com a transformação da estrutura geral de trajetos, como pela integração dos diversos meios de transporte num sistema de comunicações que englobou todo o território. Derrubaram povoações como Olisipo (Lisboa) para edificar no mesmo local, segundo o modelo romano de eixos ortogonais, a então Olisipo Felicitas Iulia, adaptaram outras povoações ou influenciaram nesse sentido, como na citânia de Santa Luzia, em Viana do Castelo, em que o grau de influência romana não foi tão elevado como noutros povoados, como no castro de Monte Mozinho. Como mantiveram elementos significativos do tecido proto-urbano anterior e reestruturaram, criando áreas novas como em Miróbriga ou Mértola, mas também de raiz, como Braga ou Évora. O longo período de paz que foi vivido nessa época, contribuiu para consolidar significativas transformações no território e na sociedade, marcas que perduraram muito para além do seu tempo.

Definição do tipo territorial em estudo

Da compreensão dos elementos naturais e da necessidade humana de realizar o seu próprio ambiente, com a melhor adaptação possível a esses elementos, até pela escassez de meios que possuíam, deram os seres humanos, perante situações naturais semelhantes, respostas tendencialmente semelhantes, quando verificavam pela própria experiência a adequação das suas realizações (Guerreiro, 2001, pp. 129-173). Ou seja, faziam corresponder a uma tipologia territorial, uma ocupação territorial tipo. Na nossa área cultural, isso sucedeu nas diferentes escalas do ambiente antrópico, da casa, à povoação, ou à região, porque em qualquer escala a noção de território estava presente, como está presente,

fazendo parte da consciência individual e coletiva.

No médio oriente floresceram civilizações que tiveram os rios como elementos centrais e estruturantes dos seus territórios, que eram como trajetos matrizes de vale junto aos quais fazia-se o povoamento, por povoados e assentamentos. Estes rios eram determinantes para a vida das populações e das respetivas sociedades, de que foram exemplo os rios Tigre e Eufrates na Mesopotâmia, onde diversos reinos e cidades afirmaram-se em 3000-4000 AEC ou antes, como também sucedeu no rio Nilo no Egipto, apesar das diferenças entre as regiões e no povoamento (Morris, 1998, pp. 18-28).

O conhecimento histórico que teriam os povos fenícios e gregos no início do I milénio AEC, e depois os romanos, sobre a ocupação humana estruturada por rios realizada pelas anteriores civilizações do médio-orient, pode ter servido de inspiração, a aplicarem esse modelo territorial a situações e regiões muito diferentes das da sua origem, como seriam estas no território português (Figura 2-A).

A esta ocupação tipo, onde se relaciona uma tipologia territorial, uma estrutura de trajetos e a ocupação do território, povoamento e atividades produtivas, e o gerarem-se respostas idênticas em situações semelhantes, denominaram Caniggia e Maffei de *tipo territorial*, o qual é verificável nas diversas escalas do ambiente antrópico (Caniggia e Maffei, 1995, pp. 168-178). Este define-se também por abranger uma área delimitada e reconhecível, ser realizado num determinado período histórico, influenciado pela cultura e técnica disponível e que até pode gerar aspetos culturais próprios, como simultaneamente engloba estratégias de sobrevivência e territoriais, como sejam o reconhecimento dos melhores locais, ou a potencialidade para o contacto com os outros e incremento dessas relações, questões essenciais à sobrevivência do tipo e ao prolongamento no tempo.

Assim, um tipo territorial regional, que é o que se analisa nesta investigação, caracteriza-se por conjugar uma tipologia territorial, uma estrutura de trajetos/sistema de comunicações, com o género de povoamento e de povoados, e é realizado numa área delimitada e bem reconhecida, num tempo e por uma cultura, mas pode ser concluído e consolidado por

outras culturas e até conjugando novos objetivos.

Tipo territorial formado na região baixa de rios

Reconhecidas anteriormente as características gerais que considere essenciais à análise de um tipo territorial de características regionais, interessa, então, agora reconhecer essas características no tipo territorial que se está a investigar (Figura 2-B), pelo que se analisará os diferentes elementos que o caracterizam:

1. A tipologia territorial corresponde a um território litoral delimitado pelo oceano Atlântico e que compreende a foz, o estuário e o primeiro troço navegável do rio, como as suas áreas envolventes delimitadas por elementos do relevo que formam a área de vale, o que dá unidade ao território e ajuda à compreensão deste como um todo. Tal reconhece-se como a tipologia de território referente aos territórios analisados nesta investigação, o que pode ser observado na Figura 2-C. As áreas litorais, de foz e dos estuários não teriam tido significativas transformações na época em estudo, só posteriormente, mas nos vales junto às margens dos rios, nas proximidades das áreas dos maiores povoados, o uso dos solos foi modificado pelo abate de florestas e transformação dessas áreas para agricultura, aproveitando esses solos ricos em águas e nutrientes.

2. Os rios serão, neste tipo territorial, o elemento principal do sistema de comunicações, como um trajeto de vale, pois era por estes que se estabeleceram as principais comunicações entre os povoados mais distantes e de margens opostas. Estes povoados ribeirinhos mantinham contacto a povoados do interior pelos antigos trajetos de cumeada, numa estrutura geral que ganhou as características de matriz local. Também foi nestes rios que se estabeleceu a comunicação às rotas do mediterrâneo, com os ancoradouros a darem gradualmente lugar a áreas portuárias, onde havia maior intensidade de tráfego, que eram os povoados principais localizados junto à foz, que ganhou ênfase maior no período romano, como sucedeu com a sedimentação e consolidação da rede de trajetos, através da realização destes em áreas de vale e ribeirinhas, que contribuiu para a formação de

novos povoados na proximidade dos rios. Sedimentando antigos trajetos e criando novos, os romanos realizaram uma estrada litoral, como se observa na Figura 2-C, que vindo de Astorga, via XIX, passava por Tui, Valença, Ponte de Lima a Braga, e a partir daqui era a via XVI que, de Braga ia pelo Porto, Coimbra, Conimbriga, Tomar,

Santarém até Lisboa, e fizeram coincidir estas estradas com as áreas onde os rios deixavam de ser navegáveis, que coincide com o topo interior do tipo territorial que se está a analisar. Aí formaram-se ou consolidaram-se povoações que mediavam o acesso ao *hinterland*, onde geram-se novos polos de desenvolvimento.

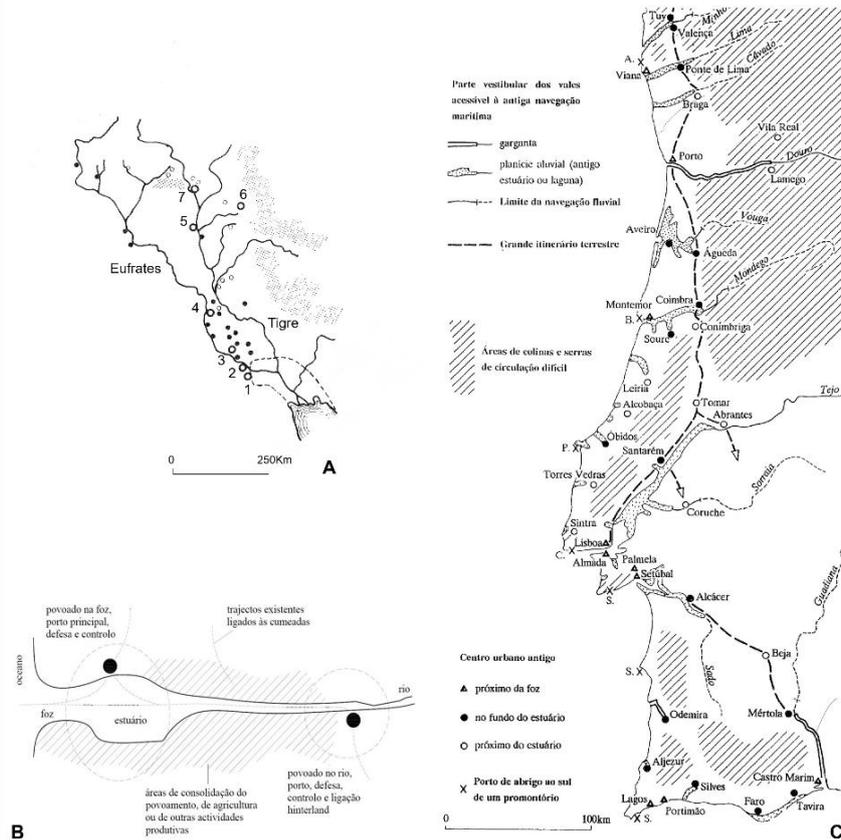


Figura 2. A) Mesopotâmia, rios Tigre e Eufrates. Povoados: 1 - Eridu; 2 - Ur; 3 - Erech (todas estas cidades sumérias); 4 - Babilónia; 5 - Assur; 6 - Erbil; 7 - Ninive. A linha a tracejado representa a linha de costa pelo ano 2.000 AEC. Fonte: adaptado (Morris, 1998, p. 18). B) Arquétipo do tipo territorial realizado na parte baixa de rios (elaborado pelo autor). C) Litoral de Portugal. Definem-se as áreas navegáveis dos rios, os portos nos estuários, a povoação de ligação ao *hinterland* por onde passa o trajeto litoral, que tem neste mapa um traçado aproximado aos das vias romanas. Fonte: Adaptado (Daveau, 1995, p. 102)

3. Nestes territórios a principal característica do povoamento é ser policêntrico, gerar pelo menos duas centralidades, em polos opostos, uma junto à foz onde constituiu-se o porto principal e que serviria ao controle e defesa da área da foz do rio, e outra no interior, ainda em área navegável do rio, junto a trajetos terrestres e que servia de porta de acesso ao *hinterland* pelo que tenderia a afirmar-se como um género de entreposto comercial e também podia servir de defesa do território estruturado pelo rio. Estes povoados, ao ganharem importância e dimensão afirmaram-se como centralidades, e à sua volta surgiram

outros povoados de menor dimensão criando-se redes de povoamento local dedicados a atividades de subsistência e produtivas de apoio ao povoado principal. Com o passar do tempo, ampliaram-se as áreas de povoamento ribeirinho, em povoados localizados em pequenas elevações ou em encostas deitadas aos rios, como um povoamento linear, o que consolidou o território fluvial e o povoamento nestes territórios.

4. Em alguns destes territórios há o vislumbre de poderem ter-se constituído áreas culturais, onde formas próprias de cultura material

manifestaram-se. A forma do território, em vales de maior ou menor largura, definido por colinas e montes, contribuiu naturalmente à separação destas áreas das outras interiores que são contíguas. O assumir do rio como o principal trajeto regional implicou no desenvolvimento de um forte intercâmbio entre povoados dentro da área do tipo territorial, que contribuiu para que estes territórios fossem algo aproximado a uma área cultural regional, particularmente nos rios onde se deu maior intensidade de comunicações e maiores concentrações de populações, o que se revela em modos e técnicas próprias de conceber objetos do quotidiano, aspetos importantes de cultura, mas também em aspetos de dieta alimentar (Sousa, 2018). Tal verificou-se ao longo da Idade do Ferro em certos territórios.

Em época romana sedimentou-se este tipo territorial, e ter-se-iam mantido características diferenciadoras, mas a forte globalização cultural romana teria atenuado a identidade própria, sobretudo nas áreas urbanas, pois no restante do território ter-se-iam mantidos muitos aspetos de culturas anteriores, sobretudo nos períodos iniciais.

Tipo territorial formado na região baixa de rios - casos de estudo

Os principais rios portugueses analisados, de norte para sul foram: Minho, Lima, Cávado, Ave, Douro, Vouga, Mondego, Lis, Tejo, Sado, Mira, Arade e Guadiana. Reconheceu-se o tipo territorial (Figura 3) formado na região baixa dos seguintes rios, como tendo sido formado:

- 1) em período proto-histórico sendo de influência cultural indígena/fenícia e sedimentado em período romano, em quatro destes rios: Tejo, Mondego, Sado e Guadiana;
- 2) nos períodos proto-histórico e romano sendo de influência cultural indígena/fenícia/romana, em dois destes rios: Arade e Mira;
- 3) nos períodos proto-histórico e romano sendo de influência cultural indígena/romana em dois destes rios: Minho e Lima.

Os restantes rios principais, Cávado, Ave, Douro, Vouga e Lis, apresentam, quando comparados com o tipo territorial em análise, características diferenciadas, naturais ou

antrópicas, ou ambas, que os excluam como pertencendo ao tipo territorial apresentado. Como exemplo, refira-se o caso do rio Douro, que tinha uma área de estuário muito aberta ao oceano e relativamente pequena pelo que a principal ocupação humana surgiu já no leito do rio onde Porto e Gaia constituíram-se como povoados desde, pelo menos, o bronze final (Silva, 2010, 2017). Devido à morfologia do território da região era também por aqui que passava o mais importante trajeto que percorria o litoral, o que fez coincidir nestes povoados, a área portuária e a passagem terrestre e fluvial para o *hinterland*, definindo-se um tipo diferenciado de ocupação de território.

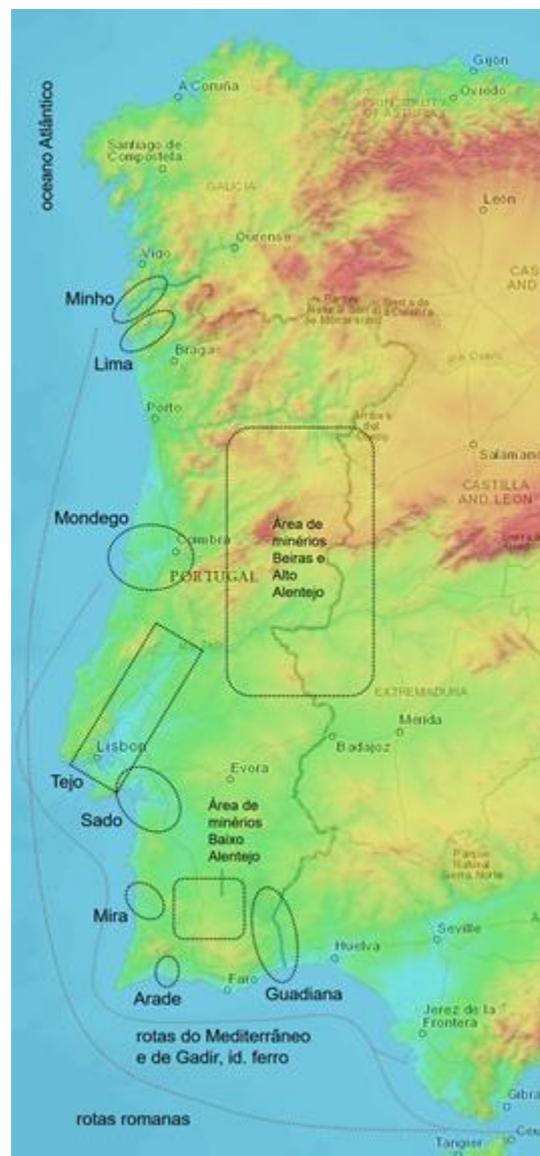


Figura 3. Portugal. Tipo territorial realizado na parte baixa de rios, localização dos tipos em estudo. Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Tipo territorial formado na região baixa de rios, em período proto-histórico, de influência cultural indígena e fenícia, consolidado em período romano, nos rios: Tejo, Mondego, Sado e Guadiana

Quando os fenícios chegaram ao território português no período do bronze final, em certos rios já existiam povoados junto a estes e populações utilizavam o rio para deslocações que se realizariam preferencialmente entre locais próximos, devido às condicionantes que as canoas eram para o tráfego de pessoas e bens, e quando o clima o permitia. Os trajetos de cumeada, nesse tempo, prevaleceriam sobre o uso fluvial, como a administração territorial manter-se-ia nos povoados interiores e de altura. A rede de trajetos era de forte hierarquia e de pouca flexibilidade no interior do território, em que os rios, em áreas locais restritas, contribuiriam para facilitar ligações entre partes da rede de trajetos existente, como na formação de pequenos povoados ribeirinhos.

Segundo dados existentes, no Tejo, na passagem dos séculos IX-VIII AEC, populações fenícias iniciaram contactos com os indígenas e instalaram-se no povoado do bronze final de Santarém, como provavelmente em Almaraz, que ainda está em estudo se existiria neste período ou se é de fundação fenícia, e em Olisipo nos séculos VIII-VII AEC (Sousa, 2016). Em Conimbriga, no Mondego, há indícios de contactos no século VIII AEC (Sales, 2024) e estabeleceram a colónia de Santa Olaia no século VII AEC (Alarcão, 2004). No Sado, os primeiros contactos com o povoado indígena da colina de Santa Maria, em Setúbal, ocorreram na passagem do século VIII-VII AEC, e formaram uma feitoria em Abul no século VII AEC (Silva, 2011), como no Algarve, onde o primeiro povoado terá sido o de Tavira, pelo século VIII AEC, numa colina junto ao rio Gilão (Silva, 2007), e posteriormente, em Castro Marim no século VII AEC (Arruda, 2005), numa península no estuário do Guadiana. Ao estabelecerem-se no centro da costa ocidental ibérica, no Tejo e no Mondego, teriam acesso pelos rios às serras da Beira Interior, ricas em minérios, como no próprio Tejo e afluentes à mineração na área fluvial e nas margens, onde recolhiam ouro e estanho. Pelo Sado, acediam às minas do

Alentejo central e ocidental para além de outras locais, enquanto pelo Mira acediam às minas da serra do Cercal e da região de Ourique e, pelo Guadiana, chegavam ao Baixo Alentejo também pelas ribeiras e a áreas de mineração locais, como a de S. Domingos.

Os romanos consolidaram o modelo de ocupação territorial, incrementaram as estruturas de comunicação nestes territórios, geraram a formação de novos assentamentos ribeirinhos, manutenção e transformação de existentes, como criaram povoados e áreas agrícolas necessárias à alimentação da população em crescendo, como outros ligados a atividades produtivas, de que se destacaram as atividades de extração e exploração de minérios em todo o território, e das conservas e preparados de peixe no litoral.

O Tejo como trajeto estruturante, da foz a Vila Nova da Rainha. Lisboa, Almaraz, Santarém e outras povoações

O rio Tejo, tem um amplo estuário que é prolongado para o interior por um largo e extenso vale, onde corre o rio, que se espraia em grande parte da margem oriental de relevo pouco significativo em contraste com a margem ocidental, onde colinas, outeiros e promontórios em parte o formam até Vila Nova da Barquinha, que dista cerca de 110 Km da foz, e a partir de onde inicia-se o curso médio do Tejo num vale mais apertado e tormentoso. O limite da maré alta seria até próximo da ribeira de Muge, em frente ao Porto de Muge, que se identificou no ponto 17 da Figura 6. Era até aqui que, pelo menos em época medieval, chegavam os barcos de maior porte (Daveau, 1995, p. 102-3), o que também poderia suceder em períodos anteriores. Como poderia ser o primeiro local a montante do rio onde era possível realizar a passagem a vau em maré baixa e, por isso, é provável que fosse por aqui a via romana que assim ligaria as duas margens (Pimenta e Loubet, 2024).

No período final da Idade do Bronze (Figura 4), na passagem do II para o I milénio AEC, o Tejo constituía um importante acesso a áreas de estanho, metal essencial ao fabrico do bronze, que era abundante em regiões a norte e do interior, como no próprio rio e afluentes (Senna-Martinez, 2013). Tal, terá influenciado o povoamento ribeirinho, pois surgiram assentamentos e povoados na área de

Alverca do Ribatejo (A), como na de Castanheira do Ribatejo (B) (Pimenta e Mendes, 2015, 2010/11), onde no povoado de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira, foram descobertas fundações de cabanas idênticas às do povoado da Encosta da Ajuda (Figura 5-C) (Cardoso e Silva, 2004), e possíveis choças (Figura 5-B) (Dias, 1948). Os povoados deste período identificavam-se, no essencial, com o da cidade de Terroso apresentado na Figura 5-A.

Sobranceiro ao rio e com ampla visão para o vale, em Santarém (ponto 20 da Figura 4), há vestígios de um povoado localizado no miradouro das Portas do Sol, e em frente, na margem oposta, há vestígios de povoados nos concelhos de Alpiarça e Almeirim (Figura 4-C). Estes povoados eram, sobretudo, dedicados às atividades recolectora, pesca, agricultura e exploração de minério que também eram realizadas nas margens e águas do rio e dos afluentes. Com tantos povoados, mesmo que nem todos tivessem ocupação em simultâneo, o rio tinha vida como trajeto de vale. Na área de Almada, há vestígios de dois assentamentos dedicados a atividades agrícolas (Vilaça e Arruda, 2004, p. 46).

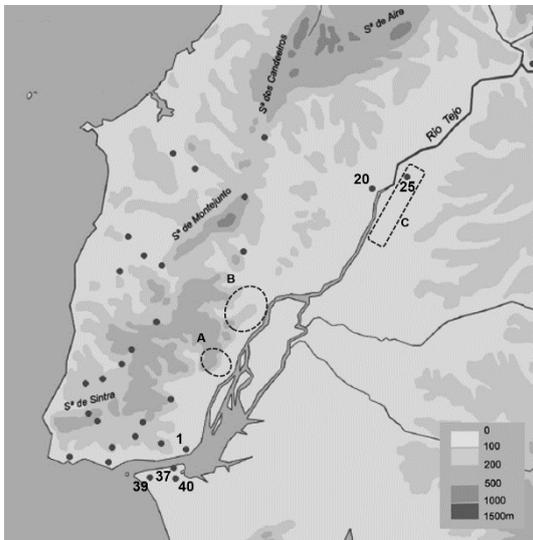


Figura 4. Tejo. Povoados indígenas do bronze final, cerca séc. VIII AEC, em vésperas da chegada dos Fenícios: 1 - Lisboa; 20 - Santarém; 25 - Alto do Castelo e necrópoles de Teixoal e Meijão; 37 - Almaraz; 39 - Quinta do Percevejo; 40 - Quinta do Marcelo. A) Alverca do Ribatejo: Castelo de Alverca; Adanaia; Castelo. B) Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo: Vila Franca de Xira, Santa Sofia; Quinta da Marquesa; Quinta do Carapinha; Casal da Mó; Castro do Amaral. C) Alpiarça e Almeirim: Alto do Castelo; Cabeço da Bruxa; Alto dos Cacos; Eira

da Alorna. Fontes: adaptado (Vilaça e Arruda, 2004, p. 46)

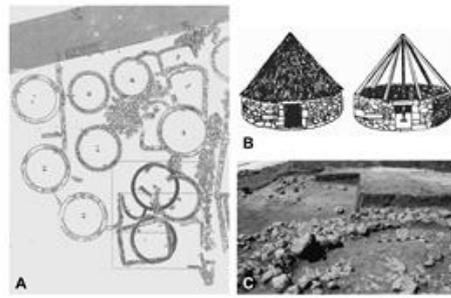


Figura 5. Estruturas do bronze final: A) Extrato do povoado da Cidade de Terroso, com cabanas de planta circular deste período e com outras, idênticas, da Idade do Ferro, sobrepostas (Silva, A. C. F. da (1986) *A cultura castreja no noroeste de Portugal* (C. M. de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins) Est. XVIII). B) Choça, como hipótese de construção circular do período proto-histórico, com paredes laterais em pedra, com 0,50 m de altura, porta com 1,30 m, poste com 3,0 m, e cobertura em colmo (Dias, 1948). C) Base de uma cabana elíptica no povoado da Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004, p. 230)

Pelos séculos IX-VIII AEC, os fenícios navegando pelo Tejo, onde teriam iniciado a sua epopeia no território português, instalaram-se em povoados indígenas, que transformaram e incrementaram, e a atividade gerada terá impulsionado a formação de novos assentamentos e povoados ribeirinhos (Figura 6), o que fez do rio Tejo um amplo trajeto matriz. Destas povoações, destacaram-se, Santarém já bem dentro do rio, e Lisboa no estuário e próximo da foz, que foram urbes de significativo sucesso ao longo do tempo, enquanto deste período também se destacavam os povoados de Chões de Alompé, próximo do topo norte do grande vale estuarino, e Almaraz (Arruda *et al.*, 2017b), na margem sul, na garganta do Tejo próximo do estuário.

O povoado de Almaraz (37) teve grande importância neste período, podendo ter tido dimensão superior ao de Olisipo na primeira metade do I M AEC. Faria parte da defesa do rio, tinha ampla actividade metalúrgica e seria o mais importante a sul, ao qual estariam ligados assentamentos e povoados agrícolas que contribuiriam com produtos agrícolas para a população local como, provavelmente, para a de Lisboa, apoiados no cais fluvial que criaram em Cacilhas em local protegido e de fácil atracagem (Olaio *et al.*, 2019).



Figura 6. Tejo, da foz a Vila Nova da Barquinha. Povoados, estruturas e vestígios do período da Idade do Ferro e romano: 1 - Lisboa; 2 - Convento do Beato; 3 - Castelo de Alverca; 4 - Quinta do Casal; 5 - Quinta do Bulhaco II; 6 - Casal dos Pegos I; 7 - Santa Sofia; 8 - Castelo dos Povos; 9 - Castanheira do Ribatejo; 10 - Quinta da Marquesa; 11 - Monte dos Castelinhos; 12 - Quinta da Carapinha (3); 13 - Casal da M6 (2); 14 - Castro do Amaral; 15 - Apeadeiro de Vila Nova da Rainha; 16 - Cabeço Guião; 17 - Porto de Muge; 18 - Quinta da Aramenha; 19 - Algaes; 20 - Santarém; 21 - Cirne; 22 - Chões de Alpompé; 23 - Pedregoso; 24 - Chamusca; 25 - Alto do Castelo; 26 - Cabeço da Bruxa; 27 - Alto dos Cacos; 28 - Eira da Alorna; 29 - Vale de Tijolos; 30 - Porto do Sabugueiro; 31 - Porto dos Cacos; 32 - Silha do Alferes II; 33 - Vale de Gatos; 34 - Quinta do Rouxinol; 35 - Monte da Caparica/Cova da Piedade; 36 - Porto Brandão; 37 - Almaraz; 38 - Cacilhas. Base cartográfica: *topographic-map.com*. (elaborado pelo autor)

Na área de Lisboa (1), próximo da atual Baixa havia pelo menos dois povoados, o da Praça da Figueira de características agrícolas e o da Encosta de Santana (Silva, 2013). Neste período ter-se-ia formado Olisipo, que é considerada a povoação fundadora de Lisboa, implantada na encosta SW/S e no topo da colina de S. Jorge. Foi realizada por indígenas e fenícios, podendo ter tido uma importância decisiva ao darem o impulso fundador (Sousa, 2016), pelo menos é essa a leitura dos muitos

vestígios arqueológicos. Este povoado aparentemente nascido na encosta, estruturava-se por trajetos que ligariam a frente ribeirinha e a meia encosta ao topo da colina, como aos trajetos preexistentes das cumeadas, o que terá feito de Olisipo um povoado de novo tipo, com uma área de porto a estabelecer a conexão entre os trajetos terrestres, a navegação fluvial e as rotas marítimas (Figura 7-A), aspetos que se revelaram decisivos à afirmação de Lisboa na

região (Durão, 2024). Em período romano recebeu profundas transformações, que possibilitaram a construção de novos territórios planos e edificáveis, realizados através de aterros nas áreas da Baixa e da frente ribeirinha (Conceição, 2013) (Durão, 2012), onde assentou parte da nova urbe de *Olisipo Felicitas Iulia*, de tecido urbano organizado por traçados ortogonais com adaptações de traçado a condicionantes naturais (Silva, 2009), mas também impondo o modelo sobre o sítio (Figura 7-B).

Na área do estuário e no vale do Tejo, aos povoados que já existiam na fase final do bronze vão acrescentar-se outros com influências fenícias ao longo deste período, e outros foram abandonados, como sucedeu na área de Alverca, Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo, onde o Castro do Amaral (14) ter-se-ia afirmado como o centro proto-histórico desta área central do estuário, tendo gradualmente perdido importância em período romano, como sucedeu a diversos povoados, até ao seu abandono pelo século II. AEC. Estas populações terão gradualmente ido viver para novos povoados que surgiam, como teria sucedido com o do Monte dos Castelinhos (11), em Castanheira do Ribatejo, povoado amuralhado, de fundação romana, que teve significativa importância neste período (Pimenta, 2022). Nesta área, as novas estradas romanas foram essenciais ao surgimento de novos povoados junto a estas, como contribuíram a consolidar o povoamento ribeirinho

Em Santarém (20), os fenícios instalaram-se junto do povoado existente e ampliaram a área habitacional, como próximo a sul influenciaram o surgimento de assentamentos ribeirinhos em Cabeço Guião (16) ou Quinta da Aramenha (18) (Arruda *et al.*, 2015) (Tereso e Ferreira, 2007). Aproveitaram ser um local estratégico, pois permitia penetrar bem no território e estabelecer relações com o *hinterland* a partir deste pelo rio, onde teria cais, e por trajetos terrestres nomeadamente daquele que em tempo romano será conhecido como a via XVI, que ligava Braga a Lisboa. Mais acima no rio, era o povoado de Chões de Alpompe (22), localizado numa colina junto ao rio Alviela, próximo do Tejo. Chões reestruturaram, como desenvolveram e criaram novos povoados ribeirinhos (Pimenta *et al.*, 2019).

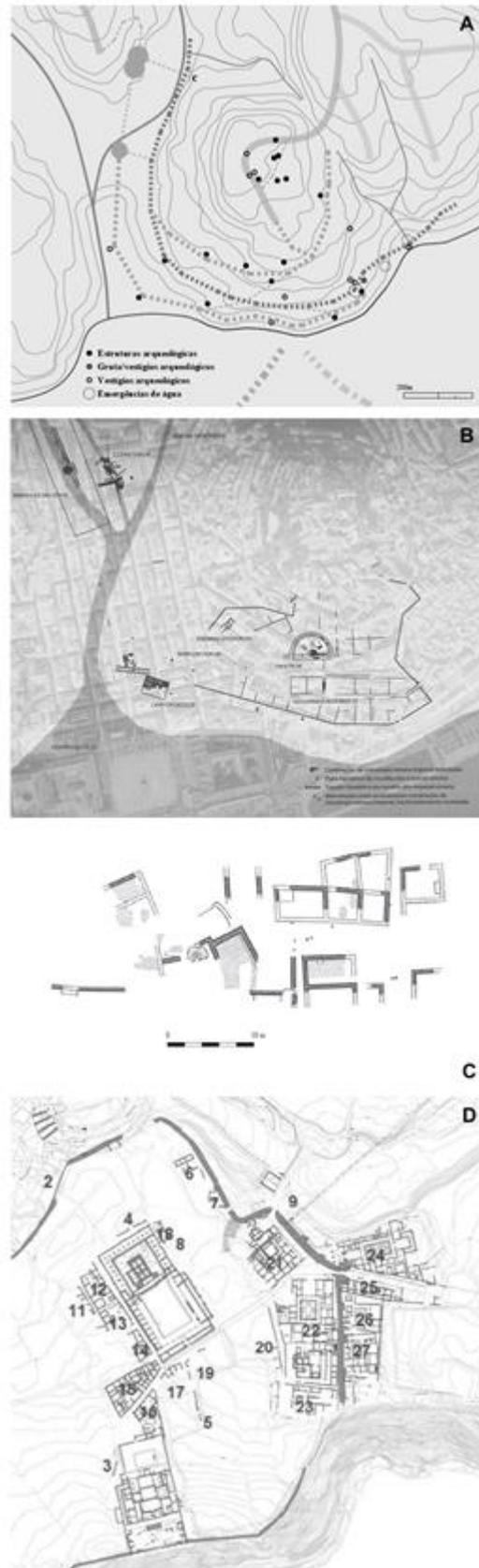


Figura 7. Povoados de Lisboa e de Conimbriga: **A)** Hipótese da rede principal de trajetos do povoado de *Olisipo*, fenício/indígena (Durão, 2024, p. 165); **B)** Estruturas romanas reconhecidas de *Olisipo Felicitas Iulia* (Silva, 2009, adaptado de

Rodrigo Banha da Silva, em “*Marcas de Oleiro em terra sigillata da Praça da Figueira*, 2005); **C**) Estruturas proto-históricas na encosta de rio de Mouros, Conimbriga (Sales, 2024, p. 41); **D**) Extrato do plano de Conimbriga. O traçado manteve em alguns locais as orientações proto-urbanas. A planta apresenta os principais edifícios conhecidos, com os edifícios domésticos numerados (Correia, 2010, p. 25).

Em período romano aumentou o povoamento a norte, como em diversos locais do concelho da Chamusca (24) (Lázaro, 2015), como a sul (Portal do Arqueólogo, Tejo), e o povoado de Santarém cresceu como a influência regional deste, pois foi elevado a capital de *conventus*, um género de região administrativa, sobretudo de cunho judicial. O conjunto constituído pelos povoados de Santarém, Chões de Alpompe e Alto do Castelo pode ser entendido como um núcleo de ligação ao *hinterland*, mas também como de defesa, a norte, da área do vale do Tejo, e de apoio à luta contra os lusitanos (Fabião, 2014).

A consolidação do povoamento ribeirinho no período romano fez-se também por criarem áreas dedicadas a atividades produtivas como sucedeu na margem sul, no Porto dos Cacos (31), em Alcochete, com uma área fabril que possuía uma dezena de olarias e outras estruturas de apoio (Teichner *et al.*, 2024) (Raposo, 2012), enquanto nos concelhos de Almada e Seixal (Barros, 1998) realizaram a exploração de minérios em diversos locais e constituíram diversas *villas* agrícolas.

Se no período final da Idade do Bronze já existiam povoados ribeirinhos que se conectavam pelo Tejo, o tipo territorial ficou sedimentado na Idade do Ferro, o que foi decisivo para a influência fenícia que transformou o rio num trajeto de vale, e povoações ribeirinhas, com cais e portos que conectavam aos antigos trajetos, e que gerou, nas centenas de anos que se manteve, uma área cultural própria, segundo evidenciam a leitura dos vestígios arqueológicos de cerâmicas e até de hábitos alimentares (Sousa, 2018). Em tempo romano assistiu-se à consolidação das diversas urbes e ao surgimento de novas povoações junto ao rio. Desenvolveram áreas portuárias como terá sucedido em Olisipo, que seriam nodos do novo sistema de comunicações que conjugava as deslocações marítimas, as fluviais e as terrestres. Manteve-se este tipo territorial

como elemento da política territorial romana, que também terá usado o Tejo como plataforma de retaguarda na guerra contra os lusitanos. A área cultural que se tinha constituído no Tejo em período proto-histórico teria tido transformações no período romano pela forte influência da cultura romana de características globalizantes.

Mondego e o estuário. Tavadede- Santa Olaia a Conimbriga-Coimbra

O rio Mondego (Figura 8) tem, no estuário junto à foz, a cidade da Figueira da Foz e, já no rio, a cidade de Coimbra, que era próximo do topo oriental do antigo estuário o qual foi transformado por assoreamento natural, mas sobretudo pela realização de secagem de terrenos para agricultura ao longo do vale e dos principais braços do rio, como pelas transformações na barra da foz que era mais aberta ao mar. Ampla área estuarina ampliada por pequenos estuários dos rios que desaguam no estuário maior, com pequenas elevações onde se destaca a serra de Buarcos ou da Boa Viagem, sobranceira à Figueira da Foz e à vila de Buarcos, e as serras da Rocha e da Aveleira a oriente de Coimbra, e a de Sicó a sul de Conimbriga, elementos de relevo que delimitam a área baixa do Mondego, que corresponde à área do tipo territorial em estudo.

Na serra de Buarcos, o trajeto principal era pela cumeada, usado no bronze final, e estruturava a distribuição dos povoados. Junto a este na encosta sul da serra, localizava-se o castro de Tavadede (3), que veio a ser o mais importante povoado deste local (Neves, 2013). Os fenícios ao chegarem a esta área estabeleceram-se no povoado indígena de Conimbriga (Figura 7-C), cerca do século VIII AEC (Arruda, 1988/89) e, no século seguinte, fundaram numa pequena ilha do estuário, que já não existe como tal, Santa Olaia (8). Pela posição no estuário poderia ter sido o principal porto, e possível local de controle das atividades comerciais e fluviais entre povoados. O povoado, realizado em socacos, teria ligações a montante do rio a assentamentos dedicados à exploração de minério, que seria posteriormente aqui transformado nas ligas metálicas que, por sua vez, seriam colocadas na rota comercial de Gadir (Pereira, 2009). Com o incremento do comércio e das atividades gerais, ampliaram-

se povoados existentes e a cerca de 45 Km da foz formaram o povoado ribeirinho de Coimbra (14), que era a porta para as serras, e onde passava o principal trajeto do litoral que ganhou importância no período romano com a efetivação da estrada de Lisboa a Braga, via XVI, que passava também por Conimbriga (Correia, 2010), Figura 7-D, onde bifurcava

em duas direções: uma mais interior por Tomar e outra mais litoral por Soure (Almeida *et al.*, 2021). O eixo de ligação Conimbriga-Coimbra ganhou significativa importância neste período, como o demonstra o incremento do povoamento nessa área e o significativo desenvolvimento das duas cidades.

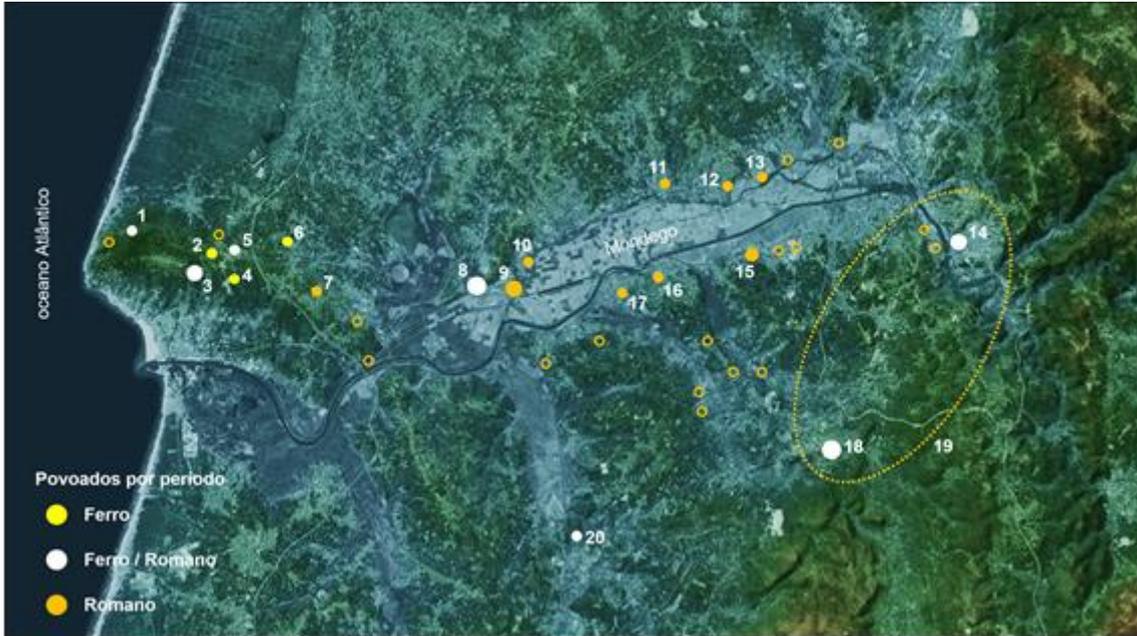


Figura 8. Mondego, da foz a Coimbra. Povoados e evidências da Idade do Ferro e do período romano: 1 - Pardineiros; 2 - Fonte de Cabanas; 3 - Tavadere; 4 - Lírio; 5 - Chões; 6 - Areeiro; 7 - Pedrulha; 8 - Santa Olaia; 9 - Montemor-o-Velho; 10 - Sra. do Desterro; 11 - Tentúgal; 12 - Amoreiras; 13 - S. Silvestre; 14 - Coimbra (Aeminium); 15 - Ameal; 16 - Qta. do Almindo; 17 - Formoselha; 18 - Conimbriga; 19 - área da estrada Coimbra/Conimbriga; 20 - Soure. Fontes: adaptado (Alarcão, 2004, p. 137, Mapa 1; p. 151, Mapa 8). Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

O tipo territorial estaria concluído no período proto-histórico com dois polos bem definidos: na foz Tavadere-Santa Olaia e no interior Conimbriga-Coimbra. Em período romano consolidou-se o povoamento pelas áreas ribeirinhas em torno do estuário (Alarcão, 2004), o grande trajeto de vale deste território, e também no eixo Coimbra/Conimbriga para o que terão contribuído as vias romanas.

O estuário do Sado e o rio. Setúbal a Alcácer do Sal

O Sado (Figura 9) é um rio extenso, de planície, navegável em ambos os sentidos, que tem um amplo estuário cujo território envolvente é de relevo praticamente plano, excetuando a norte o conjunto da Serra da Arrábida à serra de Palmela e, a oriente, as

distantes serras alentejanas que chegam a Alcácer do Sal. O estuário, após o assoreamento natural que implicou na criação da península de Tróia, uma anterior ilha, teve outras transformações significativas derivadas da atividade humana, quer pela prática agrícola como pela realização de salinas. Tem uma dimensão significativa, recebe diversas ribeiras e o rio Sado que aí desagua. Era muito rico para pesca e apanha de moluscos, atividades que perduram. Já Alcácer do Sal, a cerca de 44 Km da foz, localiza-se numa colina de grande destaque para a planície a sul, e é um dos remates do sistema de cumeadas que, do interior aqui chega, abrindo-se como uma porta para o Baixo Alentejo e para o litoral, quer por rio, quer pelas amplas planícies.



Figura 9. Rio Sado, da foz a Alcácer do Sal. Evidências da Idade do Ferro e do período romano: 1 - Outão; 2 - Rasca; 3 - Comenda; 4 - Setúbal; 5 - Pedra Furada; 6 - Quinta da Alegria; 7 - Santa Catarina; 8 - Zambujalinho; 9 - área da Marateca; 10 - Pinheiro; 11 - Abul; 12 - Serrinha; 13 - Enchurrasqueira; 14 - Bugio; 15 - Alcácer do Sal; 16 - Barrosinha; 17 - Atalaia de Murta; 18 - Tróia. Fontes: adaptado (Soares e Silva, 2018, p. 15) Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Na colina de Santa Maria, no atual centro histórico de Setúbal (4), teria havido um pequeno povoado indígena do final da Idade do Bronze que teria tido contactos com povos fenícios nos finais do século VIII AEC a princípios do século VII AEC, ao longo do qual estes ter-se-iam aí instalado (Silva, 2011). Em Abul (11), localizado no estuário do Sado a meio caminho entre Setúbal e Alcácer do Sal, e próximo da ribeira de São Martinho que dá ligação à Serrinha, que era uma área de exploração mineira, fenícios fundaram no século VII AEC uma feitoria/palácio, um santuário e um povoado do qual pouco se conhece (Silva, 2011). Pela posição estratégica no estuário, poderia ter funcionado como o principal porto comercial, e como local de controle do comércio e das relações fluviais entre povoados. A área teria sido abandonada no século VI AEC, pois já se teriam instalado no povoado indígena de Alcácer do Sal (15). Aqui, dava-se o encontro de trajetos terrestres com o tráfego fluvial, ligado ao mar, o que foi aproveitado para o comércio de metais e de outros produtos manufaturados, que teria impulsionado o crescimento da povoação que ter-se-ia tornado na principal da região até à chegada dos

romanos (Silva *et al.*, 1980/1981). Estes teriam privilegiado o uso do rio Sado também como modo de ligação ao Baixo Alentejo, interior e litoral, no transporte de pessoas e cargas, estabelecendo ligações à rede de estradas que estruturavam o território a sul. No período romano, Setúbal Caetobriga, (4) foram desenvolvidas com uma área fabril dedicada à produção de produtos piscícolas e outra habitacional (Soares e Silva, 2018). Próximo da cidade, criaram olarias e diversos locais dedicados ao fabrico de produtos piscícolas, como em Tróia (18), cujos produtos percorreram o império.

O tipo territorial da região do Sado estruturado pelo rio e de povoamento polinucleado ficou definido na Idade do Ferro, com três núcleos formados: Setúbal, Abul e Alcácer do Sal numa primeira fase, e depois com o abandono de Abul, ficaram os dois núcleos, o da foz e o do interior. No período romano, consolidou-se o povoamento quer nos povoados existentes, quer em novos povoados localizados nas frentes ribeirinhas do estuário, em ribeiras e pelo rio.

No Guadiana, de Castro Marim a Mértola

O rio Guadiana (Figura 10) tem dois troços navegáveis, um a montante, onde localizavam-se as antigas cidades estado, da Idade do Ferro, de Dipo e Conistorgis no vale do Guadiana, nas proximidades da atual cidade de Mérida como próximo do rio, no Alentejo, as povoações de Moura ou de Serpa. O outro troço do rio, a jusante, inicia-se no Pulo do Lobo, cascata que corta o acesso fluvial a cerca de 16 Km acima de Mértola, que corresponderia ao topo norte do tipo

territorial. O rio navegável desde aí nos dois sentidos, passa pela povoação de Mértola, aninhada na encosta nascente de uma colina sobranceira ao rio a cerca de 70 Km da foz, e corre encaixado pelo relevo suave que deixa curtas margens, onde assentamentos e pequenos povoados implantaram-se ao longo do tempo, possuindo para um e outro lado áreas de minérios, com destaque para a de S. Domingos. No estuário de amplas áreas abertas localizavam-se, em colinas / penínsulas que se olhavam, os povoados de Castro Marim e de Ayamonte.

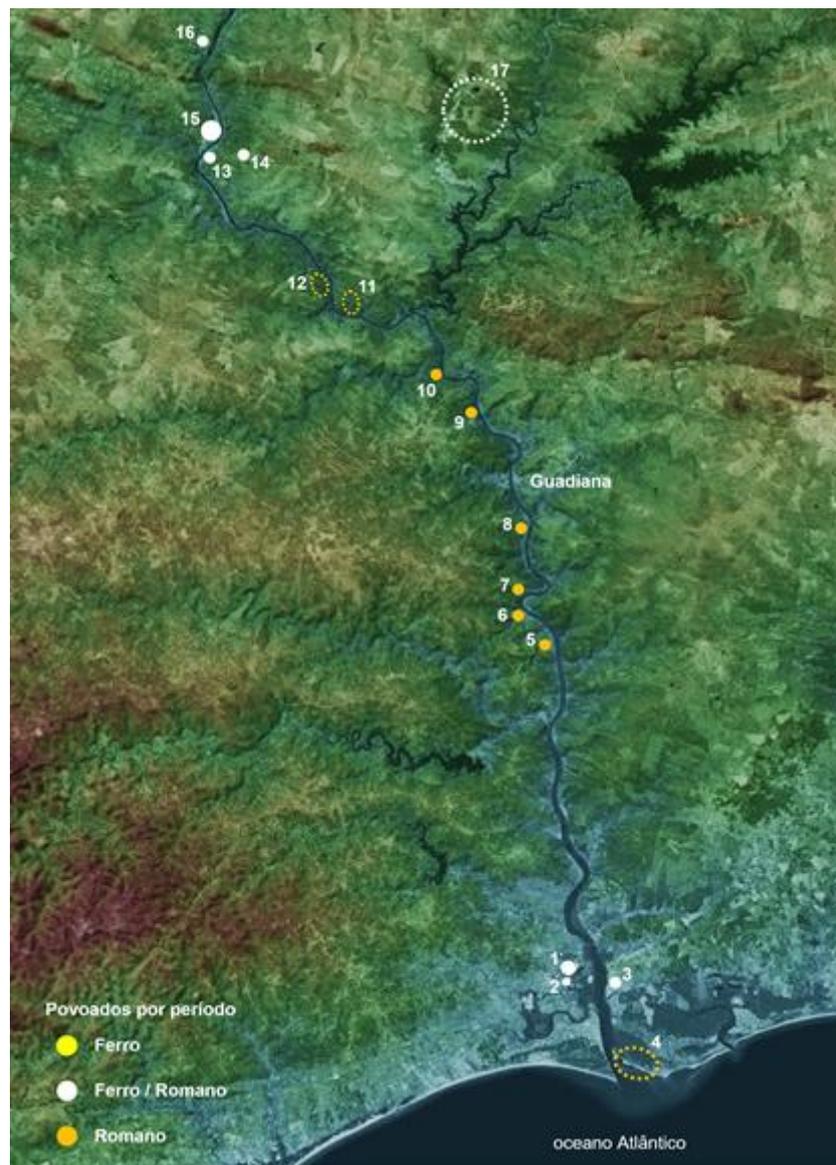


Figura 10. Rio Guadiana, da foz ao Pulo do Lobo. Povoados e vestígios: 1 - Castro Marim, castelo; 2 - Castro Marim, forte de S. Sebastião; 3 - Ayamonte; 4 - Isla Canela / Punta del Moral; 5 - Álamo; 6 - Montinho das Laranjeiras; 7 - Castelinho dos Mouros; 8 - Sítio do Abrigo ou Grelheira; 9 - Enxoval; 10 - Pomar; 11 - Barranco do Azeite e Vargem do Carrascal; 12 - Alcarias e Cabrassada em Picoitos; 13 - Cerro da Antena Velha; 14 - Cerro do Calcolítico; 15 - Mértola; 16 - Água Alta / Cerro da Galé; 17 - área de mineração de S. Domingos. Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Da Idade do Bronze há muitos vestígios de ocupação humana em áreas próximas do rio, mas desconhecem-se os períodos de ocupação de cada local, nomeadamente da fase final, pelo que não se percebe o povoamento e se o uso do rio seria esporádico ou permanente nesse período.

Trazendo a Idade do Ferro, povos fenícios do mediterrâneo e mais tarde de colónias fenícias como de Gadir, atual Cádiz, chegaram por mar e instalaram-se no povoado indígena de Castro Marim (1), que já existiria no bronze final, e que veio a ter ao longo deste período, desde o século VII AEC, ocupação com estruturas (Figura 11), cuja orientação dos seus traçados foi modificada aquando⁴ de reestruturações do povoado realizadas por colonos fenícios naturais de locais diferentes dos anteriores, que tinham diferentes identidades culturais, e que desse modo impunham a sua vontade e afirmavam a sua presença e a sua cultura (Arruda *et al.*, 2017a). Próximo, na colina do forte de S. Sebastião (2) foi realizado outro povoado neste período. Do outro lado do rio, era o povoado de Aymonte (3), de ocupação fenícia, que foi abandonado pelo século VI AEC com a população a deslocar-se para Castro Marim.

Em Mértola (15) há vestígios arqueológicos do bronze final (Barros, 2012) e estruturas da Idade do Ferro que serão de finais do século VII AEC ou de princípios do século VI AEC (Torres *et al.*, 2018). A urbe teria sido cercada por muralhas em meados do I milénio AEC o que evidencia ter havido necessidades de defesa nesse tempo, aspeto que foi comum a outros povoados, pela mudança e luta de poderes dentro da esfera fenícia. Mértola serviria de entreposto comercial para os produtos que estes povos traziam, como para a recolha de minério e artefactos para enviar aos seus locais de origem, apoiada por pequenos povoados dedicados à exploração de minério e, ou, à agricultura, usando o porto e o rio (Albuquerque *et al.*, 2020).

Em período romano, a área de mineração teria ganho novo ímpeto e importância, o que contribuiu decisivamente para a centralidade regional em que Mértola tornou-se, com o porto em grande destaque. Mantiveram os povoados anteriores, e por verem o rio como um amplo trajeto de vale, criaram novas povoações e *villas* ribeirinhas na área central

do curso fluvial (Gradim *et al.*, 2016, 2014) (Portal do Arqueólogo, Guadiana), que passou a ter uma certa intensidade de tráfego local e forte ligação às rotas marítimas.

Como foi observado, no período da Idade do Ferro consolidaram-se os dois núcleos de povoamento, um na proximidade da foz em torno de Castro Marim, e outro no interior em torno de Mértola. Considera-se, por isso, que o tipo territorial ficou formado nessa época. Em período romano, estes polos consolidaram-se, como simultaneamente surgiu povoamento linear em áreas ribeirinhas centrais, o que consolidou o território fluvial.



Figura 11. Povoado Castro Marim. Traçados proto-urbanos de influência fenícia, sob edificado romano: **A)** Séc. VII AEC, Fase 3; **B)** Séc. VI AEC, Fase IV. Fonte: adaptado (Arruda *et al.*, 2017, p. 449; p. 453)

Tipo territorial formado na região baixa de rios, nos períodos proto-histórico e romano, sendo de influência cultural indígena/fenícia/romana, nos rios: Mira e Arade

Nestes dois casos de estudo, o tipo territorial formou-se em duas fases. Na primeira, na Idade do Ferro, os fenícios instalaram-se nos povoados indígenas existentes no *terminus* da navegação fluvial e na passagem para as serras, por servirem às suas estratégias de ocupação territorial e comércio. Não se reconhece junto à foz, qualquer povoado,

apenas vestígios de ocupações pouco significativas em áreas próximas. Em período romano, nos estuários, junto à foz dos rios, foram realizados povoados que teriam porto, que concluíram o tipo territorial. Como o povoamento dispersou-se nestas áreas, ocorreu expansão de populações nestes territórios.

No Arade, o estuário, Portimão e Silves

O rio Arade (Figura 12), na costa algarvia, tem atualmente na foz as povoações da Praia da Rocha e do Ferragudo, onde existem fortalezas e, no estuário, a cidade de Portimão, tendo no interior, no sopé da serra de Monchique, a cidade de Silves. O Arade possui um estuário de margens amplas que se vão gradualmente alteando, conforme caminha-se para o canal fluvial que se inicia

na confluência com a ribeira de Odelouca, onde na proximidade desta e a cerca de 11 Km da foz, populações indígenas, do bronze final, fundaram o povoado do Cerro da Rocha Branca (5), num local algo elevado em relação ao rio. Neste povoado há estruturas da Idade do Ferro de influências de colónias fenícias, pois teria sido realizado pelo século IV AEC, em que casas de habitação conviveriam com armazéns, o que poderia ter sido um género de feitoria, continuado em época romana num povoado de cariz rural (Encarnação e Gonçalves, 2013). Teria cais de acostagem por onde transitariam mercadorias. Portimão teria tido uma considerável atividade de produção de conservas e preparados de peixe em estabelecimentos instalados na frente ribeirinha (Medeiros, 2012) e, necessariamente, uma área de porto ou de ancoradouros.

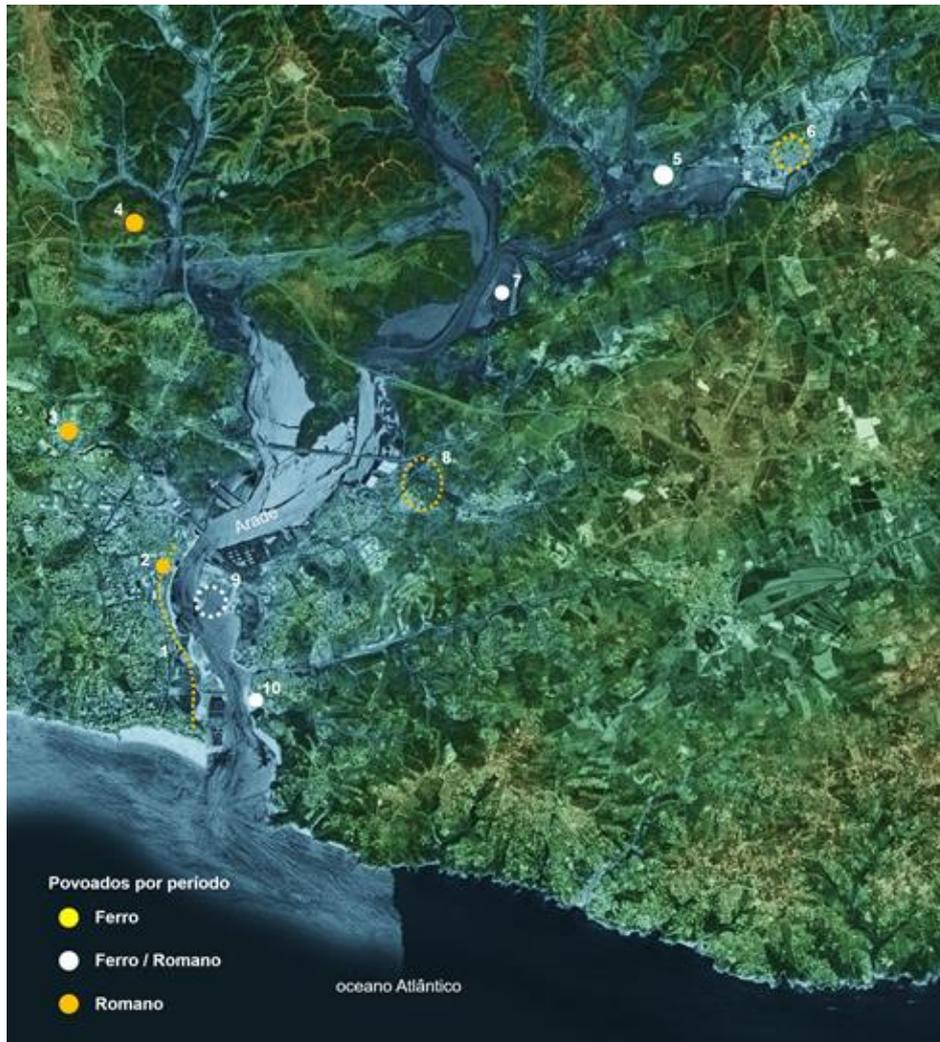


Figura 12. Rio Arade, da foz a Silves. Povoados e vestígios: 1 - Portimão/Praia da Rocha; 2 - Portimão, edifício Mabor; 3 - Vale da Arrancada; 4 - Baralha; 5 - Cerro da Rocha Branca; 6 - Silves; 7 - Ilhéu do Rosário; 8 - Estômbar; 9 - Dragagens no rio; 10 - Praia da Angrinha, Ferragudo. Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Acima do Cerro da Rocha Branca, formou-se Silves (6) que poderia ter sido uma cidade romana, atendendo ao traçado regular do tecido urbano, mas tal encontra-se por demonstrar devido aos poucos achados romanos encontrados na área urbana, apesar das muitas sondagens já realizadas. Desse período, há vestígios em diversos locais ribeirinhos de tanques de salga e outros (Gomes *et al.*, 1995), como de povoados em locais mais interiores com fácil acesso ao estuário por ribeiras (Viegas, 2019).

No Arade, a formação do tipo territorial iniciou-se com a constituição de uma povoação no interior de acesso ao *hinterland*, o Cerro da Rocha Branca, de influência fenícia, e com ausência de uma povoação na foz, possivelmente pela curta distância entre esta e este povoado. Tal foi modificado em

período romano pela ocupação de áreas ribeirinhas em Portimão, que teria passado a ser a povoação principal, concretizando-se o tipo territorial no período romano.

O Mira. De Vila Nova de Mil Fontes a Odemira

O rio Mira (Figura 13) acompanha o sopé da serra do Cercal que o define a oriente, que protege o interior dos ventos agrestes do oceano, enquanto a ocidente espraia-se áreas planas na continuidade das praias que definem o litoral. Junto à foz está localizada a povoação de Vila Nova de Mil Fontes e no rio, numa das portas para a serra do Cercal e para o interior alentejano, localiza-se Odemira que, até meados do século XX, recebia no seu cais barcos de calado significativo, pois o rio era navegável até aí.



Figura 13. Rio Mira, da foz a Odemira. Povoados e vestígios do ferro e romanos: 1 - V. N. de Mil Fontes; 2 - estuário do Mira; 3 - Galeado, Monte das Pereiras, Monte da Corça; 4 - Vale Palhete; 5 - Cerro do Castelo de Odemira; 6 - Telhado; 7 - S. Domingos; 8 - Serra de S. Luís, eixo Odemira-Cercal. Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Junto à foz no topo do pequeno estuário, há vestígios da Idade do Ferro, e num local sobranceiro ao rio, no Cerro do Castelo de Odemira (5) teria existido um povoado, onde se realizavam atividades ligadas à transformação de metais que também serviria de entreposto comercial e que teria mantido importante atividade em período romano até ao século IV, quando teria sido abandonado. Próximo, na serra do Cercal, na cumeada principal (8), define-se uma área de minérios explorada na Idade do Ferro, junto à qual localizavam-se povoados, e cuja exploração foi muito ampliada em período romano (Vilhena, 2014a, b) (Portal do Arqueólogo, Mira).

No estuário, os vestígios da Idade do Ferro são poucos, enquanto de período romano no local da futura Vila Nova de Mil Fontes (1), há vestígios arqueológicos de um povoado de dimensão apreciável como de outras ocupações no estuário e no rio.

A povoação de Odemira, em período fenício, serviria de porto de acesso ao interior e estava numa posição protegida, enquanto na foz a ocupação seria, segundo os dados conhecidos, mínima. Motivo pelo qual o tipo territorial só ficou completamente definido em período romano, o que poderia ter contribuído o desenvolvimento da exploração de minério, com a instalação de populações e a constituição de uma área de transformação de minério e de comércio marítimo.

Tipo territorial formado na região baixa de rios, nos períodos proto-histórico e romano, de influência cultural indígena e romana nos rios Minho e Lima

A Idade do Ferro, quando os fenícios transportaram para o rio Mondego e para os rios a sul, também chegou a esta região, reconhecendo-se vestígios dessa cultura mediterrânica através de objetos metálicos, da ourivesaria do ouro, como cerâmicos importados, mas também pela adoção de novas práticas culturais que penetraram de modo gradual nas culturas locais, não as descaracterizando (Silva, 1995). E podem ter havido influências do modelo territorial adotado nos rios a sul que tenham contribuído a estimular a visão do rio como elemento estrutural e de povoamento ribeirinho, mas realizado de modo diferente, até pela ausência

de relações marítimas permanentes, as quais só terão sucedido em período romano.

Na Idade do Ferro, entre a fase final e o início do período romano, reconhece-se um aumento considerável de povoamento na região, através da realização de inúmeros castros, o que teria contribuído para um aumento demográfico significativo, que pode ter sido consequência da migração de populações em fuga às tropas romanas. Há registo de povoados castrejos que são da fase final da Idade do Ferro, já em pleno período romano, mas poderão ser muitos outros, pois faltam ser realizadas análises estratigráficas em mais povoados que permitam uma amostragem significativa que esclare a questão.

Em período romano consolidou-se o povoamento ribeirinho e foram realizadas estradas, provavelmente aproveitando anteriores caminhos, e pontes que consolidaram a ocupação territorial que pôde dispersar-se mais por estas áreas próprias para a agricultura. Os romanos usaram a navegação para estabelecer relações entre povoados e no transporte de mercadorias, e realizaram um trajeto litoral paralelo à costa, a via XIX do itinerário Antonino de Astorga a Braga, passando por Tui, Valença e Ponte de Lima, que veio a definir-se como o limite oriental do tipo territorial nesta região.

O Minho, ligação/separação. De Caminha / Santa Tecla, a Valença / Tui

O rio Minho é na atualidade fronteira natural entre Portugal e Espanha, o que não sucedia na época em análise, pois era uma única região pelo tipo territorial que envolvia as duas margens e, por isso, apresentam-se também na Figura 14 os povoados a norte do rio Minho. Junto à foz, no estuário, é a cidade de Caminha e o rio seria navegável até Valença, ou para além desta localidade, que dista cerca de 27 Km da foz, por onde delimitou-se o tipo territorial, pois coincide com o início, a montante, do vale do Baixo Minho, o qual possui características paisagísticas próprias que conferem unidade a este território. As amplas margens do vale do Baixo Minho, onde há registos de ocupação humana desde a pré-história, irrompem entre um relevo marcante que o delimitam a norte e sul.

No bronze final, diversos povoados ladeavam o rio, sendo de destacar na foz, na margem

norte, o povoado de Santa Tecla (2) que se prolongou no tempo. Localizado no cimo de uma ilha/península, dominava a entrada do rio e o estuário, teve significativa dimensão e importância na região (Gómez, 1997). Enquanto a sul do rio existiria o castro do Couto da Pena (1) localizado em Vilarelho, Caminha, na confluência do rio Coura com o estuário do rio Minho. Já seria muralhado e teve ocupação até à época medieval (Rodrigues, 2011). Estes castros mantiveram-se com transformações e ampliações, e novos surgiram localizados em outeiros ou pequenas elevações ao longo do rio, enquanto outros dispuseram-se ao longo das colinas que formam o vale (Carvalho, 2008, Catálogo).

No período romano, o povoamento incrementou-se nas áreas ribeirinhas, como cresceu a exploração de minérios e o comércio marítimo apoiado em pequenos portos fluviais. Foi junto a Tui (12), que já era

povoado no período proto-histórico e que ganhou importância administrativa neste período, e na área onde mais tarde formou-se Valença (11), que passou a via XIX de Astorga a Braga. Em Valença, no topo da colina de frente para o rio e para Tui, teria sido realizada pelos romanos uma povoação com muralha, que serviria de defesa da principal estrada romana como de apoio aos viajantes (Fonte *et al.*, 2013). Neste local, os romanos não teriam realizado qualquer ponte já que o rio seria atravessado por barca.

Como foi observado, ainda durante a Idade do Ferro já estaria concretizado o tipo territorial, com os povoados do Couto da Pena e de Santa Tecla na foz, e Tui no local onde já em período romano foi realizada a via XIX do itinerário Antonino, que concretizou o limite oriental desta área do baixo Minho, como a realização de uma fortaleza/povoado em Valença.

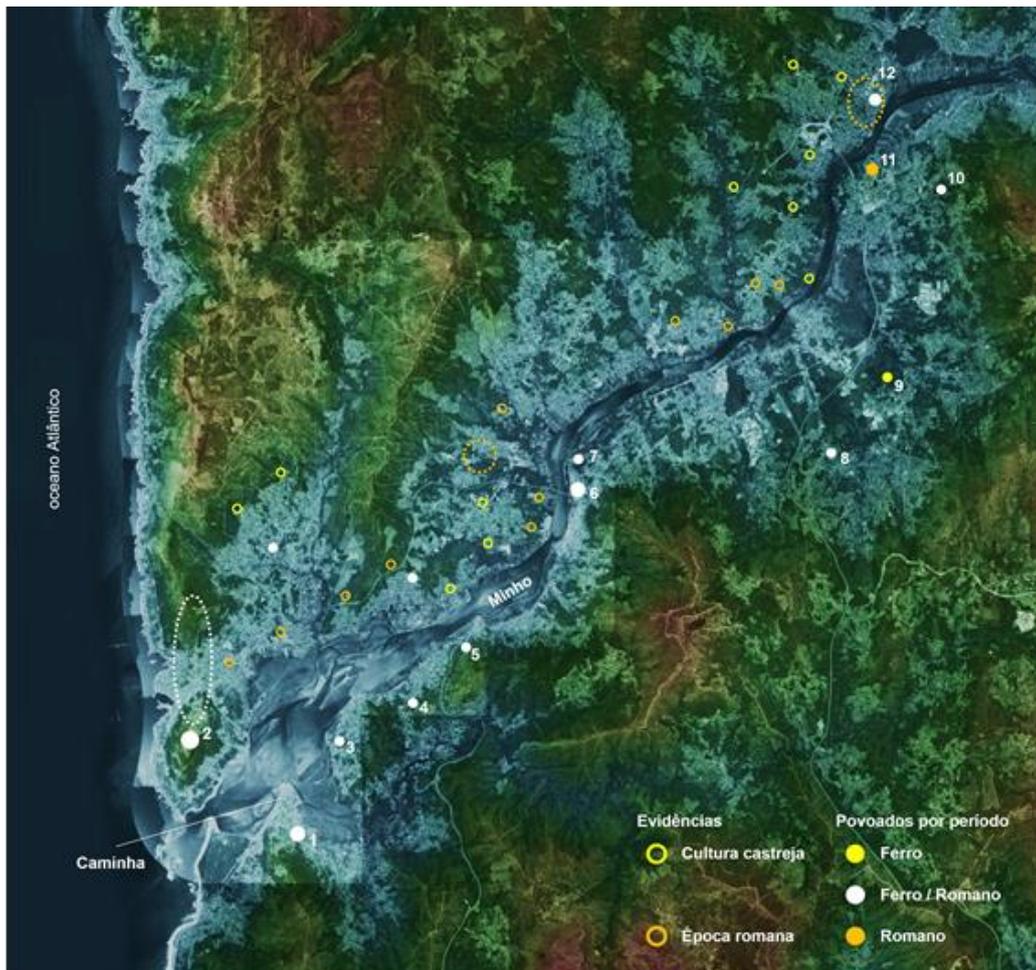


Figura 14. Rio Minho, da foz a Valença. Povoados e evidências da Idade do Ferro e do período romano: 1 - Alto do Coto da Pena; 2 - Monte de Santa Tecla; 3 - Crasto; 4 - Nossa Senhora do Crasto; 5 - Monte Góis; 6 - Forte de Lovelhe, V. N. de Cerveira; 7 - Reboreda; 8 - Outeiro da Madorra; 9 - Paços; 10 - Crestos; 11 - Valença; 12 - Tui. Fontes: adaptado, no lado espanhol do rio (Rodríguez *et al.*, 2016, p. 107). Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

O Lima. De Viana do Castelo a Ponte de Lima

O rio Lima (Figura 15) tem, no estuário, a cidade de Viana do Castelo e, no rio, próximo até onde este seria navegável, a povoação de Ponte de Lima a cerca de 25 Km da foz. Este percurso, do vale do Lima, é amplo por apresentar largas margens em grande parte da sua extensão, que são várzeas extensas e bem irrigadas próprias para agricultura, e é bem definido por ser acompanhado por um relevo variável de outeiros e colinas com montanhas

em pano de fundo, que naturalmente delimitam este território estruturado pelo rio. A atividade de exploração de minérios, estanho e também de ouro, era realizada em diversos locais junto do vale ou nas proximidades. Nas colinas que limitam o vale, diversos castros dedicavam-se a essas atividades (Carvalho, 2008, Catálogo) (Brochado, 2004) e percorriam-no por trajetos ribeirinhos, como usariam o rio para estabelecer ligações entre os povoados.

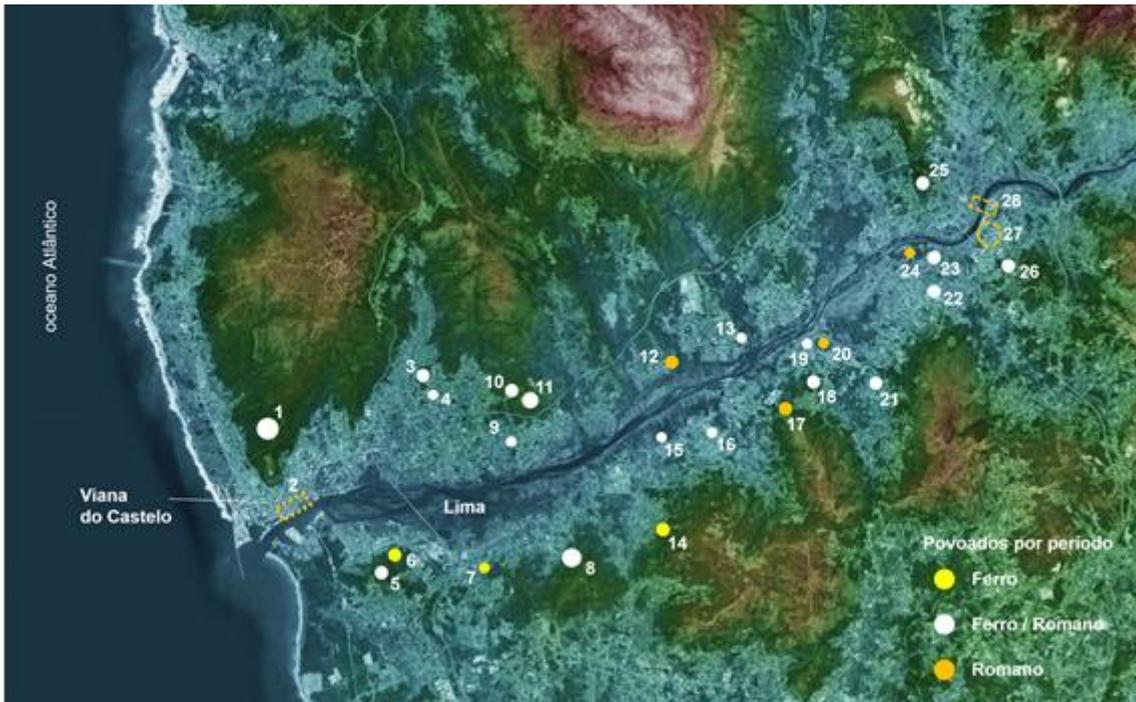


Figura 15. Rio Lima, da foz a Ponte de Lima. Povoados e outras evidências da Idade do Ferro e do período romano: 1 - Santa Luzia; 2 - Viana do Castelo, possível área portuária; 3 - Vieito; 4 - Calvário; 5 - Alto do Galeão; 6 - Monte Arculo; 7 - Sabariz; 8 - Roque ou de Santinho; 9 - Serreleis; 10 - Monte dos Castelos; 11 - S. Silvestre; 12 - Vila Mou; 13 - Lanheses; 14 - N. Sra. do Crasto; 15 - Deião; 16 - St^a. Maria de Geraz do Lima; 17 - Quinta do Paço Velho; 18 - Sto. Estevão da Facha; 19 - Donas; 20 - Eirado; 21 - diversos locais de Facha; 22 - S. João; 23 - N. Sra. da Conceição; 24 - Paço; 25b- Sto. Ovídeo; 26 - Sta. Maria Madalena; 27 - ponte romana; 28 - Ponte de Lima. Base cartográfica: *topographic-map.com* (elaborado pelo autor)

Próximo da foz, numa colina sobranceira ao estuário, a cerca de 220 m de altitude, existiu o conhecido povoado indígena da citânia de Santa Luzia (1) (Figura 16), que era cercado por três muralhas e fosso e, apresenta por influência romana, alguns aspetos ortogonais no traçado e em estruturas edificadas (Almeida, 2007). Apesar de não se conhecerem estruturas romanas ou anteriores na área do porto e do centro histórico de Viana do Castelo (2), teria havido algum porto, ou pelo menos cais de acostagem atendendo ao significativo incremento que os romanos deram a esta área do território.

Para dar continuidade ao principal trajeto do litoral português que está indicado no itinerário Antonino, como a via XIX, que ligava Braga a Astorga, e que passava por aqui para Valença/Tui, na área onde o rio deixava de ser navegável para barcos de maior porte, criaram os romanos sobre o rio Lima, a ponte (27) que viria a dar o nome à própria povoação, Ponte de Lima (28), junto à qual terão criado uma estação/estalagem que poderia ter estado na génese da formação do lugar.

A área do vale e estuário do Lima, onde formou-se e consolidou-se o tipo territorial,

era muito contida e homogénea, possuindo forte identidade. Pela leitura realizada, considera-se que o tipo territorial foi realizado pelos povos indígenas, atendendo ao povoamento existente no período proto-histórico, e pelos romanos que o concluíram, pois estabeleceram relações marítimas permanentes com este território e deram maior consistência a esta estrutura territorial até por no topo oriental a via XIX, que colocou este território na rede principal de trajetos da época. A permanente ligação marítima teria sido essencial ao desenvolvimento da mineração e do comércio, como à consolidação do povoamento ribeirinho, e a via romana teria influenciado a consolidação do povoamento nas áreas mais próximas desta.

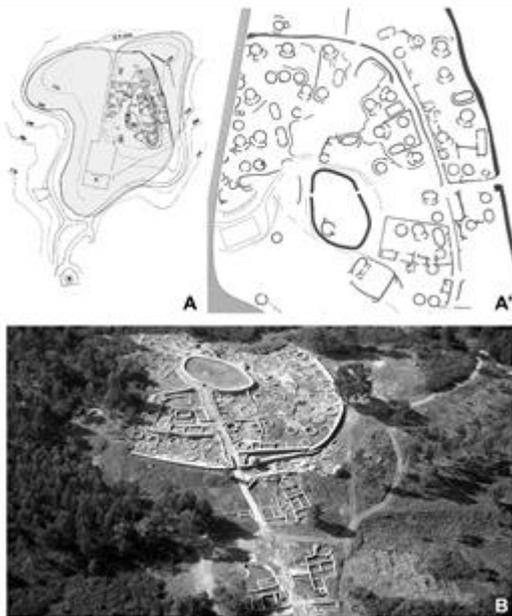


Figura 16. Castros da Idade do Ferro que continuaram e ampliaram-se em período romano: **A e A')** Povoado de Santa Luzia, Viana do Castelo. Implantação e área central. Fonte: adaptado (Almeida, 2007, p. 51) **B)** Povoado de Monte Mozinho, Penafiel, onde a influência romana foi muito significativa (<https://www.cm-penafiel.pt/visitar-penafiel/museus-e-nucleos-museologicos/castro-de-monte-mozinho>)

Conclusões

Tipo territorial da parte baixa de rios

Nos territórios da parte baixa dos rios Tejo, Mondego, Sado, Guadiana, Mira, Arade, Minho e Lima, tal como foi observado, analisado e descrito ao longo do artigo, formou-se e consolidou-se um tipo territorial,

a que correspondeu, uma tipologia de território, um sistema de comunicações, e cujo povoamento tendeu a ser polinucleado, com um povoado na foz/estuário e outro no rio em local ainda navegável para permitir o acesso ao *hinterland*, e que nalguns desses rios as vivências e as relações entre populações vieram a produzir áreas culturais. A realização deste tipo territorial teria tido o impulso formador quando povos fenícios e outros mediterrânicos iniciaram pelos séculos IX-VIII AEC a colonização de áreas do litoral da região, onde mais tarde formou-se Portugal, como podem também ter inspirado o início de tal nos rios Minho e Lima pelos povos indígenas, o que foi consolidado em período romano.

Tipo territorial, formação

O interesse dos fenícios em colonizar áreas do litoral ocidental ibérico terá resultado de uma ideia de ampliação da rede de colónias mediterrânicas e da área do estreito de Gibraltar, que permitisse obter novas áreas para povoamento e comércio, como obter matérias-primas metalíferas, aspetos essenciais ao seu modo de vida. Só que essa realização não resultou de um plano delineado *a priori* como uma leitura atual pode transparecer. Foi, antes, uma ideia concretizada ao longo de um tempo largo que, conforme os condicionalismos que encontraram, assim adaptaram soluções para cumprirem os objetivos.

Reconheceram-se cinco modos de ocupação que demonstram a flexibilidade com que os fenícios abordaram a região. Esse modo flexível, adaptável e objetivo de agirem pode ter tido muito a ver com o êxito obtido:

- 1) Instalação em povoado do bronze final, de ligação ao *hinterland*, e posteriormente em povoado na foz/estuário: rio Tejo, em Santarém e, posteriormente, em Almaraz e Olisipo;
- 2) Instalação em povoado do bronze final, de ligação ao *hinterland* e posterior realização de feitoria, e de outro povoado na ligação ao *hinterland*: rio Mondego, em Conimbriga, feitoria em Santa Olaia, povoado do ferro em Coimbra;
- 3) Instalação em povoado do bronze final no estuário/foz, e posterior instalação em povoado de ligação ao *hinterland*: rio

Guadiana, em Castro Marim, e instalação no povoado de Mértola;

4) Instalação em povoado do bronze final no estuário/foz, posterior realização de feitoria e instalação em povoado de ligação ao *hinterland*: rio Sado, em Setúbal, num pequeno povoado na colina de Santa Maria, realização de feitoria em Abul, e posterior instalação no povoado de Alcácer do Sal;

5) Instalação em povoado do bronze final, de ligação ao *hinterland*: rio Mira, em Odemira; rio Arade, no Cerro da Rocha Branca.

Tipo territorial, realização e consolidação

Nas regiões dos rios onde o tipo territorial, em período proto-histórico, não estava completamente formado, os romanos o fizeram, como sucedeu nos rios Arade, Mira, Minho e Lima. O tipo territorial realizou-se e consolidou-se de diferentes modos e por diferentes culturas em cada território fluvial, como anteriormente foi desenvolvido:

1) em período proto-histórico, sendo de influência cultural indígena/fenícia e sedimentado em período romano, nos rios: Tejo, Mondego, Sado e Guadiana;

2) nos períodos proto-histórico e romano, sendo de influência cultural indígena/fenícia/romana, nos rios: Arade e Mira;

3) nos períodos proto-histórico e romano, sendo de influência cultural indígena/romana nos rios: Minho e Lima.

Tipo territorial e o sistema de comunicações

Este tipo territorial formou-se e consolidou-se a partir do momento que ficou estabelecido o sistema de comunicações que conectou, em portos ou locais similares, os meios físicos disponíveis: o mar, o rio e a terra. Tal facto caracterizador desde a génese, diferencia a utilização anterior do rio, em pleno bronze final, de elemento de comunicação local com acesso para o interior, num elemento que, para além de se afirmar como um trajeto de vale, estruturou o território, as vivências das populações e estabeleceu interações com regiões próximas e distantes.

Tipo territorial, forma e cultura

A forma destes diferentes territórios, algo contida, algo fechada sobre si, criada pelas

diferentes formas de relevo que os definem, tendo os aspetos geográficos e paisagísticos características próprias e diferenciadoras das áreas envolventes, com o rio como elemento estruturante, terá contribuído a gerarem-se dinâmicas culturais próprias nos territórios do Tejo, Mondego, Sado e Guadiana, pelo modo como vestígios cerâmicos de fabrico local surgem em vários locais do mesmo território, privilegiando esses contactos locais a contactos exteriores, contribuindo para a unidade entre os povoados ribeirinhos, sobretudo, na segunda metade do I milénio AEC, desenvolvendo-se assim como áreas culturais, com uma certa consciência de identidade territorial.

Tipo territorial e litoralização do povoamento

Este tipo territorial, por localizar-se nas partes baixas dos rios, junto à foz, localizava-se na área litoral, e ao ter preenchido toda a orla costeira do Minho ao Guadiana, estabeleceu uma nova realidade no território com a fixação, de modo estruturado, de populações no litoral português, criando uma tendência de litoralização do povoamento, fenómeno novo na época na região, e que representou uma rutura com milhares de anos de outros modos de criar o ambiente antrópico.

Tipo territorial, unidade e diferenciação cultural

Como esta realização abrangeu todo o litoral português, desde a fronteira norte, no rio Minho, à fronteira sudeste, no rio Guadiana, um território naturalmente diversificado, contribuiu à unidade do ambiente construído pelos seres humanos por ter estabelecido sinais idênticos, reconhecíveis e duradouros. Mas ao mesmo tempo esta realização, ao incidir fortemente sobre o litoral, terá contribuído à diferenciação cultural entre estas populações a as instaladas no interior do território.

Tipo territorial, como realização multicultural

Esta realização que congregou indígenas, fenícios e romanos, propiciou que as partes baixas dos rios, se tornassem locais privilegiados de mediação das comunicações, das gentes e das culturas, cujo resultado são populações mais aptas a aceitarem transformações, como terá sucedido na

recepção aparentemente não hostil das populações do litoral à chegada do poder romano, em contraste com as populações das montanhas que lutaram contra estes.

Tipo territorial e ambiente natural

Com a sedentarização das populações e a criação de povoados permanentes, a atitude predatória dos seres humanos sobre o ambiente natural foi mais nítida e sentida do que nos tempos anteriores, pois implicou numa destruição maior de áreas naturais num mesmo local, com menor hipótese de regeneração e, por isso, mais perturbadora dos equilíbrios naturais. A realização deste povoamento nas áreas dos estuários e rios, implicou em modificações ambientais e paisagísticas devido ao significativo abate de florestas para a obtenção de madeiras para as múltiplas atividades e necessidades das populações, como para obterem áreas agricultáveis que possibilitassem produzir alimento para a população em crescendo nestas regiões. Atividades antrópicas ou derivadas destas terão sido causa de assoreamentos de áreas de esteiro e de margens de rios, sobretudo no período romano.

Povoados e estruturas proto-urbanas e urbanas, da cabana ou choça ao prédio

Tal como o modo de apropriação e de estruturação do território transformou-se nestas regiões, também os povoados foram sendo transformados, abandonados, ou novos realizados de raiz e os tipos edificados foram sendo substituídos, apesar de permanecerem ainda no final do período romano, alguns castros ocupados por populações.

Passou-se de estruturas proto-urbanas irregulares, de pouca clareza formal, cujos tipos eram de cabana ou choça de planta circular e elíptica, com base ou não, em pedra, e paredes também em pedra ou em materiais perecíveis como as coberturas, no período do bronze final, e na área da cultura castreja durante a Idade do Ferro, a povoados com estrutura também irregular, com espaços pouco claros mas que tendem a formar largos e travessas, com edifícios de planta ortogonal, pavimentados, realizados com paredes em adobe e coberturas em materiais perecíveis, na área de influência fenícia, para a povoação de estrutura em matriz e ortogonal, de grande

clareza formal, com edifícios realizados em pedra e tijolo, e elementos em madeira e cobertura cerâmica, do período romano, que poderiam ter mais de um piso e apresentavam um leque diversificado de tipos arquitetónicos urbanos e rurais.

Um tempo transformador

Por tudo o exposto, este período foi profundamente transformador do território, dos modos de comunicar que conjugaram terra, rio e mar, do povoamento, dos povoados e dos tipos arquitetónicos, como da sociedade. Novos fenómenos surgiram, como a litoralização, ou ganharam nova expressão como a perspetiva multicultural entre regiões distantes, tendo, para estes povos, o mundo da época diminuído e muito. A conceção de um ambiente criado a partir de cima, das cumeadas, desapareceu nestas áreas, pois foi a partir do rio, do vale, das áreas ribeirinhas que iniciaram uma nova maneira de olhar, pensar e de agir sobre o território que resultou na ocupação dessas áreas baixas. E foram influências exógenas, trazidas por forças também estas exteriores ao ambiente local, que deram o impulso formador/transformador sobre o território da parte baixa de rios, do litoral português.

Método de leitura

A leitura realizada permitiu deduzir a formação de um tipo territorial do litoral português, como identificar fenómenos e diversas transformações que nesse período de tempo ocorreram no ambiente antrópico. Tal sucedeu pela aplicação do método histórico-tipológico ambiental deduzido por Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, aquando da leitura realizada sobre o ambiente antrópico nas suas primeiras fases de formação e de consolidação, na nossa área cultural. O tipo territorial expressa a relação simples, mas de grande complexidade, de em certas circunstâncias e com certas características, a uma tipologia territorial tipo corresponder uma ocupação humana tipo. Que, no caso estudado, sucedeu por descontinuidades que geraram ruturas transformadoras nas diferentes escalas do ambiente antrópico, mas que em simultâneo, geraram um ambiente tendencialmente unitário como foi verificado na leitura realizada.

Notas

¹ Alguns termos ao longo do texto, como este, foram mantidos na grafia "português europeu" a pedido do autor.

² A formação e transformação da estrutura de trajetos foi um tema desenvolvido por Caniggia e Maffei (CANIGGIA e MAFFEI, 1995, 147-168). Apresenta-se de modo resumido as principais conclusões sobre os dois primeiros ciclos por serem as que interessam para o período em análise.

³ Cheio ou completo.

⁴ Locução prepositiva usada para exprimir simultaneidade.

Referências

- Alarcão, J. de (2004) “In território Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego”, *Trabalhos de Arqueologia* 38.
- Alarcão, J. de (2018) *A lusitânia e a Galécia, do séc. II A.C. ao séc. VI D.C.* (Imprensa da Universidade de Coimbra). <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1479-3>.
- Albuquerque, P., Fernández, F. J. G., Palma, M. de F., Gradim, A. (2020) em Gaspar, H. G. P., Ramírez, N. V. (coord.) “¿Frontera acuática o frontera líquida? el bajo Guadiana en la antigüedad”, *Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania*, Centro de Estudos Clássicos, Fundación General Universidad de Alcalá 63-98.
- Almeida, C. A. B. de (2007) “Para a história da cidade velha de Santa Luzia - Sondagens arqueológicas realizadas na década de 90 do séc. XX”, *Cadernos Vianenses* 40, 43-70.
- Almeida, S. O., Vilaça, R., Silva, A. M., Detry, C., Filipe, S. (2021) “Vestígios da ocupação do Ferro Antigo de Coimbra (Portugal) e o mito fundacional do local”, *Conimbriga* LX, 67-105. https://doi.org/10.14195/1647-8657_60_2.
- Arruda, A. M. (1988/89) “Conímbriga: escavações de 1988-89”, *Portvgalia*, nova série IX-X, 93-100.
- Arruda, A. M. (2005) “O 1º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”, *O Arqueólogo Português* 23, série IV, 9-156.
- Arruda, A. M., Oliveira, C. F., Freitas, V. T. de (2017) “Castro Marim entre indígenas, fenícios e tartéssicos” em Javier Jiménez Ávila (ed.) *Sidereum Ana III, El río Guadiana y Tartessos*, actas de la reunión científica, Mérida, 2016, Consorcio de la Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica 443-467.
- Arruda, A. M., Sousa, E. de, Barradas, E., Batata, C., Detry, C., Soares, R. (2015) “O cabeço guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo”, em *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en epoca tartésica*, Reunion científica, Merida (Badajoz, Espana), 3-4 de diciembre 319-361.
- Barros, L. (1998) *Introdução à pré e proto-história de Almada*, (C. M. de Almada, Museu Municipal, Núcleo de Arqueologia e História).
- Barros, P. (2012) “O bronze final na região de Mértola”, *Anejos de Archivo Español de Arqueologia* LXII, *Sidereum Ana II - El río Guadiana en el Bronce Final*, 215-227.
- Brochado, C. R. L. (2004) “Povoamento tardo-romano e altomedieval na bacia terminal do rio Lima (séculos IV-XI)” Dissertação de mestrado em Arqueologia não publicada, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal.
- Caniggia, G., Maffei, G. L. (1995) *Tipología de la edificación: estructura del espacio antrópico* (Celeste Ediciones, S.A., Madrid) [ed. original: *Lettura dell' edilizia di base*, 1979].
- Cardoso, J. L. (2002) *Pré-história em Portugal* (Universidade Aberta).
- Cardoso, J. L., Silva, I. M da (2004) “O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1(7) 227-271.
- Carvalho, H. P. A. de (2008) “O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis”. Tese de doutorado em Arqueologia não publicada, ICSAPP da Universidade do Minho.
- Cataldi, G. (1977) *Per una scienza del territorio* (Alinea, Firenze).

- Conceição, M. G. da (2013) “Os aterros da área da Baixa de Lisboa: dos romanos à contemporaneidade”. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura não publicada, FAA da Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal.
- Correia, V. N. H. (2010) “A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana”. Tese de doutorado em História não publicada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Daveau, S. (1995) *Portugal geográfico* (Lisboa, Edições J. Sá da Costa).
- Dias, A. J. (1948) – “Las chozas de los Cabeçudos y las construcciones circulares de las citanias españolas y portuguesas. Contribución etnográfica para la reconstrucción de la vida en las citanias”, *Archivo Español de Arqueología* 71(21) 164-172.
- Durão, V. (2012) “Análise urbana de territórios construídos. Os aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa” *Revista da Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrates Coastal Zone Management* 12(1) 17-30. DOI:10.5894/rgci288.
- Durão, V. (2018) “Trajeto matriz. Análise de trajetos matrizes em estruturas territoriais e urbanas da área de Lisboa: Odivelas, Graça, Colina do Castelo e Frente de Alfama” *Al-madan online*, II série, julho, 22(2) 47-57. https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2.
- Durão, V. (2019) “Análise urbana integração de conhecimentos multidisciplinares” *Al-madan online*, II série, jan., 22(3) 98-105. https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_3.
- Durão, V. (2024) “Transformação da estrutura de trajectos, do povoamento e das povoações. O Tejo e Olisipo, da idade do ferro à romanização” *Al-madan online*, 2ª série, jan., 27(1) 143-155. <https://issuu.com/almadan/docs/ao27-1>
- Encarnação, J. D’, Gonçalves, M. J. (2013) “Cilpes/Cilpis/Xib/Silves? Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do templo de Neptuno” *Historia Antigua* 26, *Espacio, Tiempo y Forma*, série II, 255-276.
- Estrabão (2016) *Geografia*. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas por: Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira (Imprensa da Universidade de Coimbra). DOI: 10.14195/978-989-26-1226-3.
- Fabião, C. (2014) “Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica” *CIRA-Arqueologia* III, dez., 9-24.
- Fernandes, I. C. F., Santos, M. T. (2012) “Carta arqueológica do Concelho de Palmela”, em *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado – Tejo* (Município de Palmela).
- Fonte, L., Pereira, B., Andrade, F. (2013) “Arqueologia urbana em Valença. Metodologias e resultados”, *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Gomes, M. V., Cardoso, J. L., Alves, F. J. S. (1995) *Levantamento arqueológico do Algarve - Concelho de Lagoa* (C. M. de Lagoa).
- Gómez, R. P. (1997) *El Yacimiento arqueológico del Monte Santa Tecla (La Guardia-Pontevedra)*, Grupo de Arqueología “Alfredo García Alén”. <https://www.grupogarciaalen.es/publicaciones/libros/>.
- Gradim, A., Grabherr, G., Kainrath, B., Teichner, F. (2014) “O castelinho dos mouros (Alcoutim): um edifício republicano do Baixo Guadiana, no período de fundação da Lusitânia romana”, *Anejos de AEspA LXX*, “La gestación de los paisajes rurales entre la protohistoria y el período romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación”, reunião científica, Redondo-Alandroal, 25-25 maio, 2012, Instituto de Arqueología de Mérida 45-64.
- Gradim, A., Teichner, F., Hermann, F. (2016) “«Radiografar» o terreno para melhor o gerir - o exemplo das prospeções geofísicas realizadas em sítios arqueológicos de Alcoutim (resultados preliminares)”, *Al-madan*, II série, jan., 20, 35-40.
- Guerreiro, M. R. P. (2001) “O território e a edificação. O papel do suporte físico natural na génese e formação da cidade portuguesa”.

- Tese de mestrado não publicada em Desenho Urbano, ISCTE Lisboa, Portugal.
- Lázaro, R. (2015) “Inventário de valorização do património arqueológico do Concelho da Chamusca. Da época romana à época moderna”. Tese de mestrado não publicada em Arqueologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Medeiros, I. E. (2012) – “O complexo industrial da Boca do Rio. Organização de um sítio produtor de preparados piscícolas”. Dissertação de mestrado em Arqueologia não publicada, FCSH, Universidade do Algarve, Portugal.
- Morris, A. E. J. (1998), *Historia de la forma urbana - Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial* (Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 6ª edição) [ed. original: *History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions*, 1984].
- Neves, S. G. (2013) “O Crasto de Tavadre (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego”. Tese de mestrado em Arqueologia não publicada, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Olaio, A., Angeja, P., Monge, R., Valério, P. (2019) “A ocupação da Idade do Ferro de Cacilhas (Almada, Portugal)”. *Revista Onoba* 7, 133-159. DOI: 10.33776/onoba.v7i0.3398.
- Pereira, I. (2009) “As actividades metalúrgicas na I e II Idade do Ferro em Santa Olaia - Figueira da Foz”, *Conimbriga* XLVIII, 61-79.
- Pimenta, J. (2022) – “Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da península de Lisboa e Baixo Tejo”. Tese de doutorado em Arqueologia e Pré-história não publicada, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Pimenta, J., Loubet, V. (2024) “Descoberta da estação romana de Porto de Muge (Cartaxo)” *Al-madan online*, 2ª série, jan., 27(1) 143-155. <https://issuu.com/almadan/docs/ao27-1>.
- Pimenta, J., Mendes, H. (2010/11) “Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, 591-618.
- Pimenta, J., Mendes, H. (2015) “Casal dos Pegos I e o povoamento orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira)” *CIRA - Arqueologia* IV, 19-54.
- Pimenta, J., Mendes, H., Sousa, E. de, Arruda, A. M. (2019) “O sítio de Vale de Tijolos e outros dados da ocupação proto-histórica da margem esquerda do estuário do Tejo” *CIRA-Arqueologia* VII, 7-32.
- Portal do Arqueólogo: Guadiana: - Alcarias 1 / Picoitos, 27821; Barranco do Azeite / Vargem do Carrascal, 29195; - Cabrassada / Picoitos, 27824; Enxoval, 18348; - Monte da Corça 1; - Telhado, 15059; - Vale Palhete 1, 14925. Mira: - Monte da Corça 1, 15024; - Monte das Pereiras, 15061; - Vale Palhete 1, 14925. Tejo: - Apeadeiro V. N. da Rainha, 20656; - Cirne, 3298; - Convento do Beato; - Pedregoso, 16846; - Porto Brandão - 18846; - Povoado de Algaes, 29659; - Quinta do Casal, 30349. <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&p=1866>.
- Raposo, J. (2012) “Olarias romanas da região do Tejo e do Sado” *Palmela arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo* (Município de Palmela) 91-108.
- Rodrigues, H. F. O. (2011) “Evolução e transformação da estrutura urbana da vila de Caminha e sua morfologia”. Tese de mestrado em Arquitectura e Urbanismo não publicada, Escola Superior Gallaecia, Portugal.
- Rodríguez, M. D., Pazos, M. C., Nóvoa, A. A. R., Abad, P. V., Lomba, A. C., Martínez, A. V. (2016) “O povoamento na comarca do Baixo Miño e a sua evolución na prehistoria e na antiguidade” em Macenlle, R. C., Martínez, A. V. (eds.) *Estudos de arqueoloxía, prehistoria e historia antiga: achegas dos novos investigadores* (Andavira Editora) 95-111.
- Sales, L. (2024) “Conimbriga não é só (património que nos chega) dos romanos!” *Al-madan online*, II serie, julho, 27(2) 35-44. <https://issuu.com/almadan/docs/ao27-2>.
- Senna-Martinez, J. C. (2013) “Um rio na(s) rota(s) do estanho: o Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro”. *Cira - Arqueologia* 2, 7-18.
- Silva, A. C. F. da (1995) “A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-

- urbanização no noroeste de Portugal durante o I milénio a.C.” *História* 12, 505-546.
- Silva, A. M. S. P. (2010) “Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto da situação e perspectivas de pesquisa”. *Gallaecia, revista de arqueologia e antiguidade* 29, 213-262.
- Silva, A. M. S. P. (2017) “As construções do lugar. História(s) e arqueologia(s) do centro histórico de Gaia”, em C. M. de Vila Nova de Gaia, Gaiurb - Urbanismo e Habitação, Edições Afrontamento (eds.) *Cidades de rio e vinho. Memória-Património-Reabilitação*, Conferência Internacional em Vila Nova de Gaia, 2015, 100-137.
- Silva, L. F. (2007) *Balsa, cidade perdida* (Campo Arqueológico e C. M. de Tavira).
- Silva, R. B. da (2013) “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa” *CIRA Arqueologia II, O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios* 40-62.
- Silva, C. T. (2011) “No baixo Sado: da presença fenícia à imperatória Salacia” em Academia Portuguesa da História e Real Academia de la Historia (eds.) *Lucius Cornelius Bocchus - Escritor lusitano da Idade de Prata da literatura latina*, Colóquio Internacional de Tróia, 6-8 out. 2010, 57-71.
- Silva, C. T., Soares, J., Beirão, C. de M., Ferrer Dias, L., Coelho-Soares, Antónia (1980/1981) “Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)”. *Setúbal Arqueológica* 6-7, 149-218.
- Silva, M. F. (2009) “Lisboa romana – Felicitas Iulia Olisipo, 138 a.C.-711”, *História de Lisboa. Tempos fortes* (Gabinete de Estudos Olisiponenses e Direção Municipal de Cultura) 10-15.
- Soares, J., Silva, C. T. (2018) “1. Introdução. Caetobriga – uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado” *Setúbal Arqueológica* 17, *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*, 11-42.
- Sousa, E. De (2016) “A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material”. *CuPAUAM* 42, 167-185. 42.
- <https://doi.org/10.15366/cupauam2016.42.006>.
- Sousa, E. de (2018) “Entre rio e oceano: a herança fenícia da antiga Lisboa” *Meios vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* 2 (C. M. de Lisboa et. al.) 25-36.
- Teichner, F., Hermann, F., Quaresma, J. C., Raposo J., Correia, M. F. (2024) “Prospecção geofísica no Porto dos Cacos (Alcochete): novos dados sobre um importante centro anfórico”. *Al-madan online*, 2ª série, jan., 27(1) 9-19. <https://issuu.com/almdan/docs/ao27-1>.
- Tereso, S. G., Ferreira, S. D. (2007) “O povoado proto-histórico da Quinta da Aramenha (Santana, Cartaxo)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1(10) 179-208.
- Torres, C. F., Palma, M. de F., Costa, M. R., Martínez, S. G., Lopes, Virgílio (2018) “Arqueologia urbana em Mértola (Portugal). Uma perspectiva integrada” em Bernardes, J. P. et al. (eds.). *Arqueologia urbana em centros históricos*, (CEAACP, da Universidade do Algarve) 98-121.
- Viegas, C. (2019) “A terra sigillata de uma villa algarvia: o caso do Vale da Arrancada (Portimão)” em Conesa, J. C. (coord.), *Opera Fictiles II, Estudios transversales sobre cerâmicas antiguas de la Península Ibérica*, IV Congreso Internacional de la Secah-Ex Officina, Valencia, 26-28 de abril 2017, (Ediciones de la Ergástula) 293-312.
- Vilaça, R., Arruda, A. M. (2004) “Ao longo do Tejo, do bronze ao ferro” *Conimbriga* XLIII, 11-45.
- Vilhena, J. (2014a) “Proto-história em Odemira” *Atlas do sudoeste português, Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral*. <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/343>.
- Vilhena, J. (2014b) “Arqueologia de período romano no concelho de Odemira”. *Atlas do sudoeste português, Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral*. <https://atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/344>.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Major Portuguese Rivers and Cities - Territorial Type shaped around the Lower Reaches of Rivers, from the Late Bronze Age to the Roman Period (1st millennium BCE to 5th century CE)

Abstract. *The areas around the lower reaches of the Minho, Lima, Mondego, Tagus, Sado, Mira, Arade, and Guadiana rivers encompass the entirety of the Portuguese seaboard. Beginning in protohistory and continuing into the roman period, a territorial type emerged in these areas with the river serving as its backbone. This was characterised by the establishment of riverside settlements, which tended to be polycentric in nature, and gradually contributed to the generation of some of the main Portuguese cities. At the time, this meant a profound transformation in the way humans shaped the built environment, and it was the first known period when populations moved closer to the coastline and consolidated their settlements there in a structured and significant way. These changes affected various scales of the human-made environment: the territory, the urban and the proto-urban fabric, and the types of buildings. This research includes an analysis, characterization, and classification of these regional territories, along with an interpretation of associated phenomena, in order to give this reading an holistic perspective of the topic covered.*

Keywords. *territorial and urban planning studies, territorial type, paths, cities, rivers*

*Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.*

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

